

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**THALES CRESCENCIO WISINSKI MACHADO**

**AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE NAS  
VISÕES DE ABDIAS DO NASCIMENTO E RAYMUNDO DANTAS**

**Porto Alegre**

**2017**

THALES CRESCENCIO WISINSKI MACHADO

**AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE NAS  
VISÕES DE ABDIAS DO NASCIMENTO E RAYMUNDO DANTAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. André Luiz Reis da Silva

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Machado, Thales Crescencio Wisinski  
As relações Brasil-África da política externa  
independente nas visões de Abdias do Nascimento e  
Raymundo Dantas / Thales Crescencio Wisinski  
Machado. -- 2017.  
63 f.  
Orientador: André Luiz Reis da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Política Externa Independente. 2. Raymundo  
Dantas. 3. Abdias do Nascimento. 4. Brasil. 5.  
África. I. da Silva, André Luiz Reis, orient. II.  
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**THALES CRESCENCIO WISINSKI MACHADO**

**AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE NAS  
VISÕES DE ABDIAS DO NASCIMENTO E RAYMUNDO DANTAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de janeiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva – Orientador  
UFRGS

---

Profa. Dra. Verônica Korber Gonçalves  
UFRGS

---

Prof. Dr. José Rivair Macedo  
UFRGS

*À todas e todos estudantes cotistas do curso de  
Relações Internacionais.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à República Federativa do Brasil e ao conjunto da sua população por me conceder o privilégio de estudar numa instituição pública, gratuita e de qualidade. Principalmente as camadas mais pobres da população brasileira, que é punida por um sistema tributário regressivo e injusto, mas que mesmo assim não foge da luta e tem esperança em dias melhores.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e toda estrutura que proporcionou para a minha formação nesses cinco anos que vivi essa experiência com o maior orgulho possível de ser o primeiro da família a estar nesse espaço. Em particular, agradeço a Coordenadoria de Ações Afirmativas pela experiência que me passaram no curto tempo que fiz parte desse time e a oportunidade do espaço para dar minhas primeiras palestras, algo que nunca imaginei fazer com tão pouca idade. Faz-se justo, também, um agradecimento a Pró-Reitoria Assistência Estudantil pela ajuda financeira e pedagógica, sem a qual não seria possível concluir esse ciclo.

Agradeço ao meu orientador André Luiz Reis da Silva por ter me orientado nesse trabalho e nos últimos anos de graduação, da relação franca e direta que mantivemos, além do exemplo de servidor público que é. Da mesma forma, agradeço ao professor Carlos Schmidt Arturi que me inseriu na iniciação científica.

Agradeço as amizades que formei nessa trajetória, pela relação de coleguismo, parceria e os ensinamentos transferidos. Que sempre estiveram do meu lado, até nos momentos mais difíceis da graduação: Henrique Pigozzo, Thiago Silveira, Pedro Prates, Katiele Menger, Elisa Eichner, Gabriela da Costa, Sérgio Tessuto, Felipe Gomes, Thiago Chagas, Carolina Chassot, Gabriela Verdi, Felipe Giordani, Murillo Muller e ao restante dos grupos Inimigas Unidas e Partiu Xirú. Agradeço, também, aos meus amigos da Orfana, que os tenho como irmãos e são essenciais na minha formação como indivíduo.

Agradeço à minha mãe, Clarice, por ser minha inspiração de vida, professora de cartilha e guerreira incansável. Ao meu pai, Miguel, que é o maior exemplo de doação à família que conheço. À minha irmã, Kizzy, que sou fã incondicional e minha referência de conexão com a nossa ancestralidade. E à minha família de forma geral que, de maneira direta ou indireta, foram meus alicerces nesses anos.

Por fim, nem por isso menos importante, agradeço à Jéssica, minha melhor amiga, namorada e companheira. Que tem estado ao meu lado em todos os momentos, independentemente de circunstância. Pessoa que aprendi a amar e admirar.

*Eu deixo a vocês um apelo: encontrem os caminhos e os meios de abrir os impulsos criativos que habilitem os negros individualmente, as nações negras, e as organizações de tais nações, a reconquistar o controle de seus destinos. Somente assim poderá nosso povo contribuir novamente com sua quota ao progresso humano e somente assim poderão eles obter sua justa parte de recursos do mundo.*

*Olusegun Obasanjo*

## RESUMO

O trabalho tem como objetivo observar a política africana do Brasil no período da Política Externa Independente (PEI) sob a percepção de dois autores negros. Primeiramente, por Raymundo Souza Dantas, primeiro negro a ocupar um cargo de representação pelo Estado brasileiro, e também, primeiro embaixador do Brasil na África; em segundo, Abdias do Nascimento, notável personalidade do movimento negro do século XX no Brasil e de reconhecimento internacional por sua militância pan-africanista. Convencionalmente, acredita-se que as diretrizes formadas pela PEI foram balizadoras para a transformação das relações Brasil-África. Portanto, busca-se o entendimento de Souza Dantas e Abdias do Nascimento nesse período de transformação da atuação internacional do Brasil e de uma maior inclinação da política externa para o continente africano.

**Palavras-chave:** Política Externa Independente, Raymundo Dantas, Abdias do Nascimento, Brasil, África.



## **ABSTRACT**

This monography aims to analyze Brazil's foreign policy to Africa in Independent Foreign Policy period under perspective of two black authors. Firstly the point of view of Raymundo Souza Dantas, first black person to attend to a representative office of Brazilian public service and first brazilian ambassador in Africa. Afterwards, Abdias do Nascimento's, remarkable member of the black movement in Brazil in the 20th Century. Conventionally, the Independent Foreign Policy guidelines are considered to be the foundation to enhance Brazil-African relations. Therefore, this work investigate the perception of Souza Dantas and Abdias do Nascimento in a period of transformation on Brazilian international policy and a higher disposition to the African continent foreign affairs.

**Keywords:** Independent Foreign Policy, Raymundo Dantas, Abdias do Nascimento, Brazil, Africa.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA EXTERNA AFRICANA</b> .....	15
2.1 BREVE HISTÓRICO DAS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA .....	15
2.2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DO PÓS II GUERRA: PREÂMBULO DA PEI .....	19
2.3 A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE: UM PONTO DE INFLEXÃO NAS RELAÇÕES DO BRASIL COM O CONTINENTE AFRICANO .....	22
<b>3 O CONTEXTO DA NOMEAÇÃO E A EXPERIÊNCIA DO PRIMEIRO EMBAIXADOR NEGRO DO BRASIL</b> .....	29
3.1 OS PASSOS PARA A NOMEAÇÃO DE RAYMUNDO DANTAS COMO EMBAIXADOR DO BRASIL .....	29
3.2 A EXPERIÊNCIA DO PRIMEIRO EMBAIXADOR NEGRO DO BRASIL.....	33
3.3 RAYMUNDO DANTAS E A ÁFRICA DIFÍCIL .....	37
<b>4 A PRESENÇA BRASILEIRA NO CONTINENTE AFRICANO PARA RAYMUNDO DANTAS E ABDIAS DO NASCIMENTO</b> .....	44
4.1 A NARRATIVA DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE PARA O CONTINENTE AFRICANO.....	44
4.2 A PERCEPÇÃO DE ABDIAS DO NASCIMENTO SOBRE AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA .....	50
<b>5 CONCLUSÕES</b> .....	57
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	61

## 1 INTRODUÇÃO

A importância de intelectuais militantes nos diversos movimentos sociais, não pode ser medida somente no que tange suas participações frente as organizações de contestação social e de reivindicação de direitos, seja ele qual for. Mas para além disso, esses intelectuais, tendem a estabelecer uma nova percepção de uma realidade que está posta aos olhos de todos, porém com a capacidade de estabelecer novas formas de análises sobre os meios que estão inseridos. Essas maneiras de percepção - estão muitas vezes - a margem do pensamento tradicional acadêmico, buscando preencher algumas lacunas deixadas de lado no debate sobre as diferentes realidades do Brasil e do mundo.

Nesse sentido, buscou-se nas diferentes personalidades dos dois principais autores deste trabalho, extrair diferentes tipos de análises que não estão no eixo da academia quando se aborda o tema da Política Externa Brasileira. Dessa maneira, primeiramente, Raymundo Souza Dantas (1923-2002), jornalista de trânsito fácil no governo brasileiro e amigo pessoal de Jânio Quadros, será abordado sobre sua obra em que descreveu sua percepção sobre o continente africano. De uma escrita simples, contendo muita emoção, esse também escritor e poeta, foi um militante do movimento negro e reconhecido intelectual, principalmente quando se fala de Brasil da metade do século XX. O desafio de expor seu conhecimento, mesmo que notando certa intimidação, não o fez recuar nas duras críticas que fez sobre a atuação do governo brasileiro no continente africano, que em suma, deixou muito a desejar.

Noutro prisma, trabalharemos sobre as ideias de Abdias do Nascimento (1914-2011), militante dos direitos humanos de destaque e reconhecido internacionalmente por sua militância pan-africanista. Abdias possui uma escrita muito particular, nesse faz-se muito interessante inserí-lo nessa discussão, visto que dificilmente é citado na literatura como acadêmico, mas como militante da causa do povo negro. Sua jornada dupla, como intelectual e militante tem destaque nas obras e em suas atitudes. Seus livros, dois deles serão trabalhados aqui, geraram forte impacto na sociedade brasileira, que via o governo brasileiro tentava disseminar o discurso da democracia racial e da festa das raças do Brasil. Abdias condenava essa narrativa. Para ele a “democracia racial” festejado pelo brasileiro, favorecia apenas os brancos, mantendo o “*status-quo*” da sociedade inalterado.

Nessa direção, a produção da intelectualidade negra é marginalizada pela diferença de abordagem e também do tom que costuma ser falado. Da mesma forma que Souza Dantas falava do racismo de seus colegas que trabalham ao seu lado e viram seu esforço na construção de uma nova política africana do Brasil, Abdias atacava o racismo institucional

brasileiro também na política externa, simbolizada no Itamaraty, que para ele era aparelhado por racistas com ideias extremamente atrasadas. Os dois deram suas contribuições para a formação da PEB para a África, como veremos no trabalho, assim como Nina Rodrigues, filho de mãe negra, e mais citado pela literatura que os dois anteriores.

Suas análises da PEB para a África será apresentada nas suas perspectivas, veremos como suas personalidades e trajetórias influenciaram em suas opiniões, Souza Dantas era membro da elite brasileira e ocupou um importante cargo de representação, sua fala é mais emocional e branda, mesmo que algumas críticas se apresentem de forma mais aprofundada. Já Abdias possui um discurso mais no sentido de reivindicar espaço de influência para os negros. Nenhum dos dois trabalham com a nomenclatura supracitada no título: Política Externa Independente. Mas decorrem suas trajetórias pelo período que aborda a política externa dos dois presidentes da época, se tratando de relações, apenas, entre as elites políticas dos Estados relacionados e não de relação entre as populações do Brasil e dos tantos Estados africanos. Souza Dantas, em especial, representou o Brasil em Acra no curto governo de Jânio Quadros e no início do governo do seu sucessor, João Goulart. Abdias decorre suas análises sobre a PEB desde o governo de Getúlio Vargas, passando por JK, os governos da PEI e os governos militares, que escapam do escopo desse trabalho. Porém, até hoje sua contribuição é debatida - em especial dentro do movimento negro - no que tange suas teorias, que veremos mais adiante.

Portanto, o presente trabalho pretende analisar as relações Brasil-África no período da Política Externa Independente (PEI), implementada no governo Jânio Quadros e continuada com João Goulart. Partindo do ponto de vista do primeiro embaixador negro do Brasil, Raymundo Dantas, e de Abdias do Nascimento, principal figura do movimento negro do século XX. Lembrando que Souza Dantas e Abdias do Nascimento escreveram em épocas diferentes, deixando a sensação de que Abdias será tratado mais como observador do processo, já Dantas relatando sua experiência, fala dessas relações, pelo menos no que é tratado no trabalho, durante seu período em Acra. Com o pressuposto que a partir da década de 60 o Brasil buscou uma aproximação mais concreta com os Estados africanos que passavam por um longo processo de descolonização. Este trabalho, contudo, se propõe a retomar os estudos sobre a PEI e analisar as motivações da Política Externa Brasileira (PEB) em se aproximar da região e o entorno da nomeação de Raymundo Dantas para a primeira embaixada do Brasil no continente africano. O trabalho buscará responder a seguinte pergunta: como o exercício da PEI viabilizou a nomeação de Dantas e de como, em retorno, a mudança de matriz diplomática refletiu nas relações do Brasil com os países africanos e de

como esse avanço na política externa repercutiu no movimento negro na figura de Abdias do Nascimento?

O trabalho irá observar como a Política Externa Independente, termo cunhado por San Tiago Dantas ao assumir o ministério das Relações Exteriores em 1961, que abarcou os períodos de Jânio Quadros e de João Goulart tinha como finalidade inaugurar uma nova era nas relações externas do Brasil (FUNAG, 2016), a fim de expandir a raio de atuação do país e eliminar as fronteiras comerciais (CARDOSO, 1977). Impactando na abertura de embaixadas na África, bem como a nomeação de Raymundo Dantas para a embaixada de Gana. Fazendo com que tal modelo de PEB se tornasse referência para governos posteriores, como Geisel e Lula (LEITE, 2011) legitimando o plano interno e a busca de novos acordos comerciais com países subdesenvolvidos. Objetiva-se, assim, a correlacionar três variáveis de modelo causal: a Política Externa Independente, a nomeação e a experiência relatada de Raymundo Dantas e como Abdias do Nascimento analisou as relações Brasil-África e o pan-africanismo.

Com isso, o trabalho se justifica pela pretensa originalidade ao preencher um nicho relacionado ao modo específico de como o primeiro embaixador no continente africano observou os resultados de uma política externa sustentada em um novo discurso de maior pluralidade nas relações internacionais do governo brasileiro. Além de explorar o pensamento e a obra de dois negros brasileiros que falam com propriedade sobre o assunto tratado, indo adiante da normatividade do campo de estudo sobre os países africanos e as relações desses com o Brasil. Não se encontrou bibliografia que se aproximasse do objeto de estudo tratado neste trabalho, normalmente encontra-se:

- a) as relações da PEI para aproximação do continente africano;
- b) a legitimação do discurso interno de Jânio Quadros sob proteção de uma política externa inovadora;
- c) sobre a vida e a obra de Abdias do Nascimento como notável na construção do papel do negro brasileiro;
- d) além do tradicional campo científica da PEB e a atuação do Itamaraty.

E Embora, no Brasil haja um campo consolidado de estudo africanos, poucos negros são ouvidos e lidos sobre essas relações e assim suas percepções ficam de fora da maioria das análises. Portanto, o trabalho busca se inserir na discussão apresentando novos debatedores, acrescentando a experiência e os relatos do primeiro embaixador negro do Brasil e também primeiro embaixador do Brasil na África, que até agora foge do objeto de pesquisa dos estudiosos africanistas.

Tem-se como sustentação dois negros brasileiros falando sobre um tema que lhes é muito caro e é mostrada uma sensibilidade muito particular de toda uma questão de aproximação cultural e étnica do continente do outro lado do Atlântico. O historiador Joseph Ki-Zerbo (1972), de Burkina Faso, demonstra o caráter de pluralidade do Brasil, expondo a migração forçada de grande expressão de pessoas oriundas do continente africano foi crucial não apenas como ocupação do seu território e força laboral, como erroneamente se entende, mas também para a sua viabilização e econômica, descrevendo que os negros africanos “literalmente civilizaram” este país. Portanto, é Abdias do Nascimento (1978) que aprofunda a análise e nos mostra um caminho mais complexo, revelando que “o Brasil é um país dos índios, construído por negros em benefício dos brancos”. Seguindo essa linha, se propõe mostrar uma outra contribuição do negro na história do Brasil, particularmente, participando ativamente nas relações internacionais de forma direta como Raymundo Dantas e de maneira indireta como Abdias do Nascimento. Propondo esse descolamento do senso-comum, inclusive na academia, de uma participação reduzida da população negra na construção do país, bem como nos quadros políticos. Assim, será mostrado que há uma contribuição significativa de negros que são tratados no âmbito político e diplomático, mas são repetidamente invisibilizados e esquecidos nos âmbitos de definição da política africana do Brasil.

Para responder à pergunta de como a Política Externa Independente modificou as relações Brasil-África e teve influência direta na nomeação de Raymundo Dantas, será realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a Política Externa Brasileira, sobre a qual muitos autores e autoras disponibilizam vasta contribuição. Serão ainda analisados discursos e documentos do Itamaraty. Ainda será analisada a obra do centro da discussão “África Difícil” de Raymundo Dantas, onde o mesmo disserta sobre sua experiência como embaixador por quatorze meses que esteve em Gana como representante do Estado brasileiro. Além das relações com o governo brasileiro, população e autoridades locais, e com os desafios para o bom funcionamento do seu cargo.

Outro objeto de estudo se dará sob a ótica de Abdias do Nascimento sobre como os governos e o Estado brasileiro enxergam as relações com a África, disponível em “Quilombismo - documentos de uma militância pan-africanista” em que Abdias mostra sinais do pan-africanismo anterior aos anos 60 e no livro “O Genocídio do Negro Brasileiro – processo de um racismo mascarado” de 1978. Em que Abdias propõe diretrizes além da superficialidade convencional dos historiadores e analistas de política externa, e disserta sobre

as formas de apagamento da cultura afro-brasileiro como forma de dominar os descendentes de africanos que aqui vivem.

Será usado, contudo, literatura especializada para abordar o tema de Política Externa Brasileira, particularmente no período das presidências de Jânio Quadros e João Goulart, na mudança de paradigma e das percepções do Brasil sobre o plano internacional (LEITE, 2011). Além de tratar das Relações entre Brasil e o continente africano com base nos principais estudos de brasileiros na área, como: Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2011), José Flávio Sombra Saraiva (1996), Amorim Neto (2006), Bezerra de Menezes (1961), Samuel Pinheiro Guimarães (2011), entre outros. Também será abordada a teoria de Pierre Milza (1996) que trata sobre as justificativas para a aplicação de Política Externa e as relações que essa tem com o plano interno. Documentos, discursos e cartas de autoridades serão utilizados como fonte para analisar a Política Externa da época.

## 2 A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA EXTERNA AFRICANA

Neste capítulo iremos fazer um breve apanhado do histórico das relações Brasil-África, indo do tempo colonial, passando pelas primeiras demonstrações de aproximação diplomática, até alcançarmos o período da Política Externa Independente (PEI). Fazendo esse corte temporal a fim de mostrar os caminhos para a viabilização de atuação mais autônoma da diplomacia brasileira.

### 2.1 BREVE HISTÓRICO DAS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA

Os primeiros contatos entre Brasil e o continente africano aconteceram no início do século XVI no contexto da colonização portuguesa. Sob o domínio português, a costa da África proporcionava pessoas escravizadas para os engenhos de cana de açúcar do Brasil colonial. A chegada dos primeiros africanos ao Brasil remonta a aproximadamente 1530, mas a transferência de escravos africanos para o Brasil só se torna mais expressiva a partir de 1550, quando os engenhos de cana-de-açúcar passam a se organizar melhor. A demanda de escravos africanos no Brasil era tão grande que chegou a desviar o tráfico de escravos português das colônias espanholas nas Américas (como Santo Domingo, México e Peru) para o Brasil (GOULART, 1949). Cria-se uma estrutura de tráfico transatlântico em que a acumulação de capital baseada na exploração de trabalho escravo dominava a economia.

No entanto, esse foi apenas o princípio de uma longa história do tráfico de escravos entre o Brasil e a África. O sequestro de africanos escravizados para o Brasil aumentava anualmente, que segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, passava de uma média anual de mil pessoas por ano no século XVI para um número recorde de 60 mil apenas em 1848. Tamanho era a demanda que mesmo após a abolição do tráfico de escravos - mas não da escravidão - em 1850. Estima-se que o número de africanos transportados como escravos para o Brasil tenha sido no total entre 3,5 milhões e 3,6 milhões, que a estimou de Curtin (1969) é de 3.646.800. (IPEA, 2011)

Os escravos no Brasil eram provenientes de diversos pontos de origem no continente africano. A maioria era trazida da costa ocidental da África, embora alguns tivessem vindo de áreas mais ao leste, como Moçambique. A zona denominada Costa dos Escravos, que vai do litoral do que é hoje o Togo até a Nigéria, era onde os mercadores portugueses e brasileiros negociavam a obtenção de escravos não apenas para a produção de cana de açúcar, mas também para a exploração de minas durante o século XVII e para o trabalho no cultivo do café durante os séculos XVIII e XIX. (SARAIVA, 1996)



Os produtos normalmente comercializados nas trocas por escravizados africanos eram o tabaco, o ouro, o açúcar e cachaça, todos oriundos do Brasil. Mas a história das relações Brasil-África também inclui trocas de tantas outras *commodities* em menor escala, como sal, tecidos e especiarias asiáticas. Assim como a cooperação social de habilidades e o intercâmbio político e cultural. Muitos brasileiros, por exemplo, iam para em missões para o continente africano, como soldados, marinheiros, administradores e os chamados “mercantes”. Cidadãos brasileiros de destaque tornaram-se administradores em colônias portuguesas na África e formaram elites (o que posteriormente Souza Dantas nos traz) os governadores João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros e o Barão José de Oliveira Barbosa em Angola eram todos brasileiros (RODRIGUES, 1961).

Apesar do brutal contexto da escravidão, nem todos os africanos que viajavam ao Brasil eram pessoas escravizadas. Em 1750, o Rei Tegnabessou de Daomé, atual Benim, (SARAIVA, 1996) enviou uma missão diplomática ao Brasil para persuadir os mercadores brasileiros a dar continuidade ao tráfico luso-brasileiro de escravos concentrado em Uidá (cidade do Benim), embora Daomé tivesse conquistado o Reino de Uidá alguns anos antes. Outras missões de Daomé para Portugal fizeram paradas no Brasil em 1795, 1796 e 1800. Dois governadores gerais do Brasil, Dom Fernando José de Portugal e Dom Francisco da Cunha Mendes, receberam embaixadores africanos para discussões sobre a proposta de monopólio do tráfico brasileiro na Costa dos Escravos. Na época, enviados dos regentes africanos recebiam todas as honras diplomáticas no Brasil (PRADO, 1955).

As relações entre Brasil e continente africano atingiram a primeira mudança de tom em 1648, quando Portugal reconquistou Angola dos holandeses, em uma expedição que partiu justamente do Rio de Janeiro. Nessa missão incluiu alguns brasileiros, do lado português que colaborou para o fortalecimento das relações entre o Brasil e as regiões africanas sob domínio de Portugal. Com o andar da história, as relações entre Angola com Portugal esfriam e as relações com o Brasil aumentam; por volta dos anos 1800, o comércio considerável que partia da província de Cabinda derivava diretamente do Rio de Janeiro, sem nenhum tipo de intermédio do governo português. Dessa forma, Angola torna-se cada vez mais dependente do comércio brasileiro, no período que abarca o século XVI até início do século XIX. Durante este período, o Rio de Janeiro torna-se uma espécie de importante mercado no continente sul-americano. Salvador Correia de Sá e Benevides, comandante da expedição que derrotou o império holandês, fazia parte da aristocracia dominante do Rio de Janeiro e era proprietário de terras na região de Tucumán (Argentina), próximas às minas de Potosí, nos Andes bolivianos. Naquela época, o Rio de Janeiro era a entrada dos corredores do tráfico de escravos que se

estendiam até o sul do Brasil, a região do Rio da Prata e as regiões de mineração dominadas pela Espanha na América do Sul. (IPEA, 2011)

No século XVIII, Angola torna-se um verdadeiro anexo do Brasil. Em 1770, Martinho de Melo Castro, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, escreveu que não aceitava a situação do Brasil praticamente controlar todo o comércio e navegação entre os dois lados do Atlântico, o que excluía totalmente os portugueses de estabelecer algum tipo de controle. Portanto, nessa ótica, os brasileiros haviam avançado dois segmentos do comércio do atlântico: primeiro, o tráfico, legal até então, de pessoas e, segundo, o tráfico ilegal de produtos da Ásia e Europa. (IPEA, 2011)

No entanto, tais relações continuaram estreitadas até o século XIX. Após a independência do Brasil em 1822, comerciantes da cidade de Benguela, localiza na costa angolana do atlântico, ficaram atraídos com a ideia de uma possível união política entre Brasil e Angola. Então, organiza-se um movimento, partindo dos africanos, para a emancipação de Luanda e Benguela entre 1822 e 1826, com o único objetivo de transformar Angola em uma província do Brasil no exterior. Portanto, os comerciantes angolanos solicitam à nova monarquia brasileira a garantia do relacionamento especial que mantinham nos séculos anteriores. Simultaneamente, dois membros angolanos do parlamento português, decidem aderir ao movimento e se mudam para o Brasil como representantes de Angola, renunciando seus assentos no parlamento português (SANTOS, 1979).

O Reino Unido, que atuou como mediador entre Portugal e o Brasil nas negociações que se seguiram à independência do Brasil, não era favorável à ideia de ligações políticas diretas entre um Brasil independente, de um lado, e Angola, África Ocidental e Moçambique, do outro. Alegando razões humanitárias e comerciais, o Reino Unido preferia uma região do Cone do Atlântico Sul livre, sem barreiras para seus interesses na região. Dessa forma, o Brasil passa a sofrer pressão constante dos interesses britânicos para não aceitar a união com Angola. As negociações levam à condição de que o reconhecimento da independência do Brasil por parte de Portugal e do Reino Unido viria em troca do cessar completo das ligações políticas entre o Brasil e Angola. O resultado consubstanciado na terceira cláusula do tratado assinado por Portugal em 1826 (com mediação britânica) reconhece a independência do Brasil: Sua Majestade Imperial promete não aceitar nenhuma proposta de colônias portuguesas de juntar-se ao Império do Brasil (SARAIVA, 1996).

Nos anos seguintes à abolição da escravatura no Brasil em 1888, poucos eram os descendentes de africanos que conseguiam penetrar os círculos intelectuais e políticos do Brasil. Traços culturais, valores e crenças de origem africana continuaram vivos na cultura

popular brasileira, mas o interesse pelo continente africano foi virtualmente excluído daquilo que se considerava alta cultura. (NASCIMENTO, 1978)

A sociedade de classes herdada pelo Brasil absorveu os padrões de relação racial formados no domínio da escravidão no país, com isso, os negros que conseguiam a liberdade, permaneciam enfrentando as mesmas desigualdades enfrentadas na época na escravidão. A nova economia de mercado, o trabalho livre e a modernização institucional do Estado não foram suficientes para eliminar essas estruturas (FERNANDES, 1969). As desvantagens econômicas e educacionais herdadas do sistema colonial escravocrata, associadas ao sistema de alianças, de barganhas e recorrente favoritismo que contemplava as elites políticas e diplomáticas que se apropriaram do Estado brasileiro por séculos em benefício próprio. Como resultado, os brasileiros de descendência africana era naturalmente marginalizados e privados de qualquer acesso à benefícios e ao progresso social. Por esse motivo, fazia-se necessário ampliar o acesso a educação a fim de eliminar esses obstáculos, em vez de aprofundá-los. (IPEA, 2011)

O tom da cultura “liberal” dominante do Brasil era proveniente das contradições do *bourgeois gentilhomme* (peça de teatro que satirizava o comportamento burguês), que vivia no Brasil, mas tinha a Europa como ponto de referência. Essa classe de plantadores utilizava os escravos para produzir bens para o mercado internacional, mas tinham um olho no lucro e outro na fidalguia. Essa mesma contradição existia na precária aliança entre os descendentes africanos, entre eles os intelectuais mulatos, e a classe dominante de empreendedores, e na aliança entre as oligarquias rurais de homens de origem modesta e a elite do poder. (SARAIVA, 1986)

Alguns intelectuais negros criticavam e da mesma forma abraçavam as contradições provenientes de sua situação. Um deles, Luís Gama, filho de mãe negra escravizada e pai branco, foi vendido como escravizado, mas que posteriormente, foi libertado, ridicularizava em seus versos a elite presunçosa que negava suas raízes africanas. Porém, isso não o impedia de fazer parte dessa elite (IPEA, 1986). Outro importante escritor negro do fim do século XIX, foi Machado de Assis, que descrevia com ironia o mundo branco ao qual ele pertencia. Em um de seus livros, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o escritor apresenta o quadro trágico e cômico de um membro da comunidade branca liberal brasileira, cujos traços característicos eram identificados como volubilidade (SCHAWARZ, 1990). A gama de referências intelectuais européias no discurso universalista do protagonista do livro constitui o exemplo perfeito do desembaraço que caracterizava a elite como um todo. Este discurso culto

varria para debaixo do tapete o legado da escravidão e ignorava cuidadosamente a herança da África.

Alguns estudiosos exploraram a sobrevivência da cultura africana no Brasil, mesmo com a tentativa de extermínio, incluindo os vestígios de línguas e religiões africanas, no início do século XX. Raymundo Nina Rodrigues, outro intelectual negro, que baseou seu livro “Os africanos no Brasil”, em percepções pessoais e entrevistas com africanos no Brasil, foi o primeiro desses estudos africanistas (RODRIGUES, 1982). Embora ele próprio negro, e apesar de ser um dos poucos autores a dedicar atenção não apenas à presença da cultura africana no Brasil, mas também para a própria África, foi alvo de agressões do chamado “racismo científico”. Alguns teóricos como Manuel Raymundo Querino, Arthur Ramos, Evaristo de Moraes, Gilberto Freyre e Edison Carneiro, posteriormente, também produziram estudos de destaque sobre o papel desempenhado pela cultura africana no Brasil.

O racismo que permanecia no país, além da manutenção das desigualdades culturais e sociais, afetou diretamente as relações do Brasil com os países africanos. Quando, na segunda metade do século XX, no período pós-guerra, o Brasil começou a tentar renovar seu interesse no continente africano, a sociedade brasileira ainda estava muito longe de aceitar plenamente os afrodescendentes que aqui viviam e sua ancestralidade. A crítica generalizada da hierarquia cultural herdada pelo passado escravocrata direcionou o brasileiro a um discurso relativamente ingênuo sobre a reaproximação com a África, grande parte do qual permanecia não enxergando para o fato de que o Brasil, mesmo com suas ligações históricas e culturais com a África, estava totalmente despreparado para construir um novo relacionamento sincero com o continente africano. Por exemplo, quando foi preciso encontrar diplomatas negros para elaborar a nova política externa brasileira, não se encontrou nenhum. Desse modo, foi preciso buscar um jornalista para fazer esse papel (GUIMARÃES, 2011), além de não haver nenhum acadêmico brasileiro especializado na história e no aspecto cultural da África nas universidades brasileiras (SARAIVA, 1996).

## 2.2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DO PÓS II GUERRA: PREÂMBULO DA PEI

Há um virtual consenso acerca do renascimento do interesse oficial do Brasil pela África como um fenômeno da década de 1960, mais precisamente nos governos Jânio Quadros (1961) e João Goulart, (1961-1964). Argumenta-se que o quadro das independências políticas da África negra, que se iniciara em 1957 com a independência de Gana, só se projetou nas percepções brasileiras acerca da África no início da década de 1960. Assim, o

período conhecido da “Política Externa Independente” (1961-1964) teria sido, simultaneamente, a fase da redescoberta da África e da gestação da política africana do Brasil. (SARAIVA, 1996)

Porém isso não se faz verdadeiro, pois como já indicam os trechos da carta escrita por Oswaldo Aranha e dirigida ao presidente Juscelino Kubitschek em dezembro de 1957. O início de 1960 representou, certamente, o momento da gestação da política africana, mesmo assim, com muita timidez e incerteza sobre seu sentido. A redescoberta da África como área importante para a formulação da política exterior do Brasil emergiu no contexto do imediato pós-Segunda Guerra Mundial, como aqui se demonstrará. (SARAIVA, 1996)

A ruptura do silêncio nas relações Brasil-África herdado do século XIX é anterior, assim como já se pode observar suas raízes nas novas percepções entre os formuladores de política exterior no Brasil do final do Estado Novo e, mais claramente, no período Dutra. Não havia uma política africana, contudo a África apareceu, naquele momento, como componente de alguma relevância na agenda da política externa brasileira. (IPEA, 2011) No governo Dutra, as posições brasileiras foram de sistemático apoio as metrópoles coloniais no que se refere ao tratamento dos temas africanos. O colonialismo era no fundo urna matéria em aberto sem urna política própria, e que servia para instrumento de barganha nas Nações Unidas em cada voto específico. (SARAIVA, 1996)

A política externa do segundo governo Vargas (1951 - 1954) fez alguma crítica às desigualdades estruturais da economia internacional. Mas a fez com sentido pragmático. As posições mais convenientes para a manutenção da aliança ocidental, centrada nas relações especiais com os Estados Unidos, forneciam quadro de referência sobre o qual se poderia transitar nas mais diferentes formas de inserção internacional. (SARAIVA, 1996) Mas a política brasileira para as áreas menos desenvolvidas, e portanto para o assunto colonial na África, não foi a mesma do governo Dutra. A dimensão nacionalista do segundo governo Vargas produziu uma política externa mais elaborada e que buscava maior autonomia relativa para ação do país no cenário internacional. (SARAIVA, 1996)

Esse perfil diferenciado da política externa do governo Vargas trouxe consequências relevantes para as novas percepções brasileiras acerca das regiões coloniais na África. Vargas, ao chamar a atenção para o caráter imperativo do desenvolvimento econômico, insistiu que ele não poderia se aplicar exclusivamente ao Brasil. Portanto, a África, aos poucos vai se incluindo num espaço de manobra para interesses de inserção internacional do Brasil e sua afirmação no contexto pós-guerra. (SARAIVA, 1996)

O próprio relatório do Ministério das Relações Exteriores, de 1952, já sinalizava para a guinada do segundo governo Vargas no que se refere à possível construção de uma política externa específica para a África. O texto oficial chama a atenção para a necessidade do respeito aos direitos e interesses dos povos africanos. Para o Itamaraty, o rápido progresso econômico africano não deveria ocorrer sem o melhoramento das condições de vida dos africanos. (SARAIVA, 1996)

Mas, agora, não bastava acompanhar as posições das potências coloniais como fizera no governo Dutra. Era preciso construir uma política própria do interesse brasileiro na região atlântica. A era Vargas soube ser menos maniqueísta que nos tempos da Guerra Fria. Em uma perspectiva bastante mais realista, e de defesa do "interesse nacional", Vargas inaugurava, em certa medida, a tendência que viria dominar a inserção internacional do Brasil ao longo das décadas recentes: a busca de um espaço próprio no sistema internacional para resguardar o desenvolvimento nacionalista, secundado em forte sentido pragmático necessário para enfrentar o jogo das forças então dominantes e das demais políticas estatais no cenário internacional. (SARAIVA, 1986)

Para Visentini (2008), a PEB do período intitulado de “nacional desenvolvimentismo” no pós-guerra, de 1951 a 1964, apresentou características novas que a diferenciam de outros períodos. Que mesmo com as diferenças entre as presidências de Vargas, Juscelino, Jânio e Jango, a política externa desses tinha fortes traços em comum e aspectos de continuidade, além das particularidades que marcaram o momento histórico de cada presidência. Embora, caracterizada por certas ambiguidades e suprimido pelo suicídio de Vargas, a PEB desses quatro presidentes revela um aprofundamento contínuo, do nacional-desenvolvimentismo populista ao desenvolvimentismo associado, consolidando-se na Política Externa Independente (PEI).

No governo de Juscelino Kubitschek, plano das regiões periféricas, a Conferência de Bandung (1955) trouxe um alento para os nacionalismos independentistas africanos e asiáticos. As lutas pela independência política dos povos colonizados conferiram alguns espaços internacionais para países a busca de certa autonomia nas suas posições entre as superpotências. E o arrefecimento da Guerra Fria trouxe a perspectiva de um novo ângulo para as relações internacionais que não o Leste-Oeste. (VISENTINI, 2008)

O marco desse novo tempo para o continente africano foi a independência de Gana em 1957. Primeiro país da África negra a se tornar independente e o primeiro país africano a receber uma embaixada brasileira, Gana encabeçou o processo independentista que levaria a constituição de novos Estados africanos até o ano de 1960. Se o ocorrido na África foi uma

nova forma de tutela, sob o manto da autonomia política, não interessa muito. O fato é que os novos Estados, com personalidade jurídica autônoma e muita vontade de autoafirmação, mudaram o perfil do sistema internacional da segunda metade da década de 1950. (VISENTINI, 2008)

Contrariamente, o impulso desenvolvimentista do governo Juscelino trouxe para o Brasil a sensação de que se mantinha o mesmo nível da ação diplomática do segundo governo Vargas. A modificação do perfil industrial do país, com a aceleração da acumulação capitalista e da alteração profunda da estrutura produtiva, já fora objeto de grande número de livros, artigos e teses. A locomotiva estatal e o planejamento econômico engendraram a infraestrutura energética e a revolução dos transportes que garantiam a sustentação da expansão econômica. (SARAIVA, 2008)

A África, para JK, não tinha valor político: a importância central era com as relações econômicas que se desenvolviam entre a Europa e a África, independente da condição de superação ou não da situação colonial. Essa forma de observar o continente africano é encontrada em toda a documentação relativa às posições brasileiras na criação do Mercado Comum Europeu e sobre as observações do Brasil acerca do Tratado de Paris de 1957 (SARAIVA, 1986).

A Política Externa de JK sofreu reparos no que se refere a África Negra, não dando a atenção devida a esses países e acompanhando o voto dos colonialistas na ONU, passando distante do processo de independência dos países africanos no final da década de 50 e início de 60. Porém, o governo brasileiro reconheceu a importância do processo e a relevância que as nações africanas tomavam a partir de então no cenário internacional, criando missões diplomáticas junto aos jovens governos e apoiando nos organismos internacionais as teses em direção do desenvolvimento econômico. No entanto, apesar de adotar o princípio da autodeterminação dos povos (1960), o governo não JK não foi veemente na condenação ao colonialismo (CERVO; BUENO, 2011).

### 2.3 A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE: UM PONTO DE INFLEXÃO NAS RELAÇÕES DO BRASIL COM O CONTINENTE AFRICANO

Inicialmente, cabe tratar de alguns aspectos gerais sobre Política Externa e as consonâncias que essa tem com política interna para as relações dos países com as outras unidades do sistema internacional. Pierre Milza (1997) refletiu sobre as dinâmicas que permeiam “política propriamente dita” nas relações contemporâneas e utilizando o

pensamento de Pierre Renouvin e Jean Baptiste Duroselle, percebeu que a política externa dos países se explica na política interna dos Estados.

Portanto, para explicar as razões que levaram o governo brasileiro a adotar uma nova matriz de Política Externa vai-se avaliar as justificativas oficiais do governo e relacionar com as teorias do campo de estudo. Milza (1997) utiliza das ideias do ex-ministro de Relações Exteriores da França, Claude Mauroy, que considera que na contemporaneidade não há mais distinção de interno e externo na política, há uma tradução externa das políticas internas, com a pretensão de expansão das prioridades internas. Assim havendo uma continuidade entre as duas esferas, o autor pondera para o perigo da confusão entre as duas, que pode ser perigoso, mas ressaltando que não há nenhuma diferença “de natureza” entre as duas.

No artigo de Putnam (1988), em que trata dos jogos de dois níveis e um dos seus mais importantes trabalhos sobre a relação entre política interna e política externa, sua ideia central consta que chefes de governo só fecham acordos depois de racionar pressões internas e externas (AMORIM NETO, 2011). Para Aron (1962), as mudanças nos regimes políticos geralmente levam a uma adequação na orientação da política externa dos países. Porém, para Amado Cervo (2008), no Brasil, as políticas externas adotadas pelos governos tinham pouca relação com o discurso interno e a ideologia do partido dirigente.

Para Miriam Cardoso (1977), a Política Externa Independente do governo Jânio Quadros servia de plano de fundo para o fortalecimento do discurso interno de desenvolvimento nacional. Bem como a adoção ao bloco dos subdesenvolvidos, que Bezerra de Menezes (1950) já preconizava esse caminho, servisse para conformar os países em um processo comum de crescimento, que no caso dos países africanos, representavam um grande potencial de expansão de ambas as partes.

No entanto, para Cervo e Bueno (2011) essas mudanças na política externa janista não significaram uma quebra na matriz internacional do Brasil, e sim que ela era calcada em um conjunto de ideias que era reflexo do “nacional-desenvolvimentismo-populista” do período, simbolizado em Jânio Quadros (UDN), presidente conservador que condecorou o líder comunista Che Guevara. Considerando que a PEI foi um processo e não projeto unilateral, que antes precisou haver o fracasso do projeto da Operação Pan-Americana (OPA), de Juscelino Kubitschek, que priorizava o plano hemisférico. Jânio Quadros formulou a PEI em um momento adequado, aproveitando um receio dos Estados Unidos com a América Latina, devido ao conflito com Cuba, e inserindo esses países no raio de influência brasileiro. E no âmbito mundial, os processos de descolonização e os conflitos entre Estados Unidos e União



Soviética, viabilizaram a formulação da Política Externa Independente, procurando barganhar em um mundo dividido e obter vantagens.

Segundo Saraiva (1986), desde a década de 1950, o então diplomata Bezerra de Menezes já abordava o pauta de uma nova estratégia para a política externa do Brasil e junto de nomes como Oswaldo Aranha, pertencia a uma grupo que reivindicava uma postura mais autônoma do país no cenário internacional. Direcionando os olhares dos políticos e da imprensa para um novo mundo que se apresentava, intitulado de “afro-asiático”, que para ele merecia atenção nacional pela expressão territorial e populacional, o que futuramente teria relevância no âmbito das Nações Unidas. Com isso, para Bezerra de Menezes, o Brasil possuía elementos para liderar esse bloco que surgia na África, além de tempo hábil para reorientar sua política externa, que segundo ele traria “inevitáveis benefícios”.

Com opiniões carregadas de críticas a atuação internacional do governo JK, Bezerra de Menezes (1961) sustenta a ideia que Jânio Quadros, mesmo com poucos meses de governo soube identificar, através de atitudes coerentes e arrojadas no plano internacional, angariar ao Brasil um alto prestígio com os países subdesenvolvidos, engajados ou não, mas também das grandes potências da época. Ou seja, em 200 dias de governo, Jânio Quadros logrou constituir alicerces firmes de uma nova política externa e tornar o Brasil respeitado mundialmente.

A Política Externa implantada por Jânio Quadros iniciava por uma ótica universalista, sem descuidar do plano regional, e assim como a atuação de Vargas e JK, possuía também um caráter pragmático, buscando o interesse nacional sem preconceitos ideológicos. Desse modo, e para melhor alcançar seus objetivos, o país adotava uma discurso independente das outras nações as quais tinham um relacionamento preferencial com o Brasil. Vale salientar, que apesar do aspecto global, a PEI, sustentada na ideia nacionalista, não só ampliou a estratégia de JK em no que se refere a geografia, como também reforçou as relações Norte-Sul. Inclusive, o nacionalismo foi um ingrediente importantíssimo nas eleições de 1960 e fundamental para a eleição de Jânio (CERVO; BUENO, 2011). As motivações desse salto qualitativo nas relações com o continente africano, segundo Vizontini (1995), estava no novo perfil que a sociedade brasileira encontrava-se, nos graves desdobramentos da crise sócio-econômica interna, nas dificuldades externas da economia e na veloz mudança que ocorria no cenário global e regional. Portanto, esses entraves apresentaram-se como desafios e como novas possibilidades externas, que levaram Jânio Quadros e o chanceler Afonso Arinos a aproveitarem esse contexto. Assim, nessa conjuntura Jânio Quadros formulou a PEI em um momento conjuntural apropriado no âmbito regional, aproveitando do receio dos EUA com a América Latina, que essa escapasse do seu raio de influência devido à crise com Cuba.

(CERVO; BUENO, 2011) Assim, no contexto mundial estava a descolonização dos países africanos e o surgimento de novas nações. Dessa forma que a PEB do período deve ser compreendida para a África, como desdobramento em virtude da corrente nacional-desenvolvimentista, que pretendia a universalização objetivando uma maior projeção internacional, incluindo a ampliação de mercado. (LEITE, 2011)

A posição contrária ao colonialismo europeu nas Nações Unidas gerou forte impacto na política interna e na imprensa tradicional, principalmente no Rio de Janeiro (curiosamente essa mesma imprensa com tradição ocidentalizada que ajudou a eleger Jânio Quadros). (MENEZES, 1961) Aspecto inovador que simbolizava mais que o anti-colonialismo e uma aproximação brasileira aos novos Estados africanos, mas um posicionamento que fosse de encontro à atuação de Portugal na África. (GUIMARÃES, 2011) O então chanceler brasileiro Afonso Arinos, acreditava que por suas características culturais e étnicas, ao Brasil estava reservado o papel de interlocutor entre as nações africanas e o Ocidente, haja vista a proximidade entre os povos. (CERVO; BUENO, 2011) O objetivo da política africana do Brasil, segundo o diplomata Samuel Pinheiro Guimarães (2011), reforça a ideia de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, que a aproximação bilateral e na ONU dos novos países africanos, contribuiria para “preservar a influência dos valores ocidentais na África”, além de evitar a expansão do comunismo na região.

Com a renúncia de Jânio Quadros, o então vice-presidente João Goulart assume a presidência após conturbado processo de garantia da legalidade. Sob grave crise, a Política Externa Independente devido ao agora comandante gerar desconfiança com a abertura do Brasil às nações socialistas (AMADO, 2006). Portanto, para Amado (2006), o governo de João Goulart se divide em duas fases: “parlamentarismo híbrido” e o presidencialismo. Ambos dando continuidade para a PEI e antecipando o “pragmatismo responsável” que seria a marca da Política Externa do governo Geisel, tanto na chancelaria de San Tiago Dantas no parlamentarismo quanto sob comando de Araújo Castro no presidencialismo. Para o chanceler a PEI, era um instrumento de renovação e de impulso para o desenvolvimento do país. Em suas palavras:

[...] A independência só se alcança, quando a consciência política do país, impelida pelo processo de suas próprias contradições, logra refletir e apreender a realidade nacional e passa a identificar, no quadro topográfico de suas relações com outros povos, a posição e o itinerário que lhe permitem alcançar suas finalidades. (DANTAS, S., 1961).

Para Vizontini (1995), dentro do conturbado governo de João Goulart, a Política Externa Independente segue dentro dos planos do governo, porém tendo que se adaptar às transformações nos âmbitos interno e externo. Mesmo assim é possível notar avanços da influência do Itamaraty na condução da Política Externa com San Tiago Dantas e Araújo Castro, diferentemente de Afonso Arinos. Para o autor, a posição neutralista brasileira na Conferência de Punta Del Este teve flagrante influência de San Tiago Dantas, em que o Brasil não assinou as sanções contra Cuba, que posteriormente os Estados Unidos conseguiria aprovar a expulsão da ilha comunista da OEA. Mesmo afetando as relações entre Brasil e EUA, o país se posicionou conforme a tradição da chancelaria brasileira e ao princípio da não-intervenção.

Posteriormente, em 1963, o presidente João Goulart, em uma mensagem ao congresso, enfatiza que se faz necessário “uma política externa para o desenvolvimento” a fim de dar uma diretriz para a atuação internacional. Com isso, o Brasil procurou frear a predominância afro-asiática no bloco que ensaiava ser qualificado de “movimento do Terceiro Mundo”. A PEB para a África do período passou por um nítido recuo em relação às bases da PEI, devido à instabilidade dos novos países e intenção de melhorar a relação com Portugal e os EUA. O Brasil buscou, principalmente o apoio daqueles países já independentes para impor sua pauta econômica nos organismos internacionais. Aproximação essa que corrobora com a defesa do anticolonialismo, materializando a retórica da PEI. (VIZENTINI, 1995)

Na questão do conflito na Angola, a política externa brasileira mostrou suas ambiguidades, evidenciando o que seria a atuação no governo Goulart. As dificuldades que o Brasil tinha de romper com os compromissos passados com Portugal, mostra o que existiu de avanço em comparação com o governo JK. As posições brasileiras em relação às antigas colônias de língua portuguesa seriam a expressão da política externa para a África. Angola, que era a colônia portuguesa mais rica na África, foi território de uma guerra civil nos anos 1960 com grande repercussões internacionais. No entanto, o Brasil, que havia anunciado uma mudança de direção na sua atuação perante os conflitos coloniais na África, teria no episódio angolano seu principal assunto no continente africano.(SARAIVA, 1996)

Então, o ex-chanceler Afonso Arinos, reforçou no seu discurso na Assembléia Geral da ONU o fato de que a posição do Brasil era em direção ao anticolonialismo, mas por outro lado, pelos seu traços históricos e de amizade, havia uma ligação com Portugal. Desse modo, o Brasil desejava uma solução pacífica do conflito, rápida e que contemplasse os interesses dos dois lados, e nas palavras do chanceler:

[...] Vínculos muito especiais entre o Brasil e Portugal existem e continuarão a ser um elemento para nossa esperança de que a situação em Angola será pacificamente resolvida [...] de uma forma compatível com os interesses portugueses e angolanos e com a preservação dos elementos culturais e humanos que são característicos da presença portuguesa na África. (FRANCO, 1961)

Contando assim com o entendimento de Portugal em aceitar o princípio da autodeterminação dos povos, reiterando os termos de amizade entre Brasil e Portugal, ao mesmo tempo que sinalizava o apoio a independência de Angola. Porém, as declarações do ex-chanceler brasileiro foram vistas como desastrosas pelo grupo de países africanos na ONU. O então chanceler, San Tiago Dantas, buscou controlar a situação não cedendo às pressões e enxergando a posição brasileira como moderada, com a ideia de preservar o princípio da autodeterminação e manter boas relações com Portugal. Dantas, no fundo, jogava a questão angolana pra depois, mesmo com o destaque que a PEI imprimia para o anticolonialismo, a tradicional amizade com Portugal impedia que o Brasil tomasse uma posição mais firme em relação a independência de Angola e apesar de que a PEB não tenha apresentado uma solução, durante o governo de João Goulart, no que se refere a política africana, o Brasil não foi muito além da retórica de San Tiago Dantas. (SARAIVA, 1996)

Embora a passagem de Jânio Quadros tenha sido rápida, foi marcante na gestão da política externa, que consistia basicamente em:

- a) exportar para todos os países sem discriminação ideológica;
- b) defesa da autodeterminação e da não intervenção nos assuntos internos de outros países;
- c) política de paz, desarmamento e coexistência pacífica;
- d) apoio à descolonização (QUADROS, 61).

A condução da PEI, além de passar pela gestão de João Goulart, teve três fases na chancelaria, com San Tiago Dantas, Afonso Arinos e Araújo Castro, transformando pouco esses princípios, mudando apenas a ênfase (VIZENTINI, 1995).

Dessa forma, a PEI deve ser compreendida como um processo histórico de universalização que vinha desde o segundo governo de Getúlio Vargas, que previa uma mundialização do Brasil, com objetivo de projetar o Brasil no âmbito internacional, conquistando novos mercados. Assim, a política do Brasil para o continente africano deve ser entendida, inserida nesse contexto, de uma maior interlocução com todos os Estados, sem barreiras ideológicas. Segundo Patrícia Soares Leite (2011), as políticas para o continente africano iniciaram-se em 1961, com a criação da Divisão da África no Ministério das Relações Exteriores para tratar exclusivamente dessas relações. Em seguida, Jânio, através de

um jornalista, entregou mensagens ao líder do movimento de libertação argelina, Ferhat Abbas, expondo seu intuito de aproximar as relações com as repúblicas em processo de independência na África.

Com isso, em março de 1961, um grupo de trabalho para o continente africano foi constituído no Itamaraty com a ideia de criar embaixadas nos “novos países”. Foram abertas no Senegal (Dacar), Costa do Marfim (Abidjã), Nigéria (Lagos), Etiópia (Adis Abeba), Gana (Acra) e consulados em Angola, Moçambique, Quênia, Congo e Rodésia do Sul. Essa aproximação respondia aos anseios de intelectuais e diplomatas brasileiros e em reciprocidade foram abertas as primeiras embaixadas africanas na América Latina, todas com sede no Brasil, de Gana e Senegal. Em março do mesmo ano, o chanceler Afonso Arinos se fez presente na festa de aniversário da independência de Senegal e da posse do Presidente Léopold Senghor, assinando um acordo cultural (LEITE, 2011). Em seguida, em Acra, Gana, foi nomeado embaixador Raymundo Souza Dantas, o escritor e jornalista, primeiro embaixador negro do Brasil e primeiro embaixador brasileiro a desembarcar na África (DANTAS, R., 1965).

### **3 O CONTEXTO DA NOMEAÇÃO E A EXPERIÊNCIA DO PRIMEIRO EMBAIXADOR NEGRO DO BRASIL**

No presente capítulo tentaremos apontar os caminhos que viabilizaram a nomeação do primeiro embaixador negro do Brasil. Iremos descrever a experiência vivida por Raymundo Souza Dantas, suas impressões, opiniões sobre o continente africano, além dos desafios enfrentados numa região desconhecida pelo ocidente, bem como a estrutura oferecida pelo Estado brasileiro.

#### **3.1 OS PASSOS PARA A NOMEAÇÃO DE RAYMUNDO DANTAS COMO EMBAIXADOR DO BRASIL**

Desde que começaram os movimentos de descolonização nos já referidos anos de 1960 na África, o Brasil sempre adotou atitudes tímidas perante a independência desses países, como no voto, no mesmo ano, em favor da Declaração da Garantia de Independência dos Povos Coloniais, outorgada também em 1960 na XV Assembléia Geral das Nações Unidas, quando 16 nações já haviam se tornado independentes no continente africano. Mas sempre reforçando o caráter especial de suas relações com Portugal e o caráter civilizatório que a nação européia tem com suas colônias, se eximindo de qualquer tipo de condenação ao Estado português.

Diferentemente de Jânio Quadros que apoiava mais abertamente a libertação dos povos africanos das colônias européias, salientando para a importância do Brasil nesse intermédio para o interesse ocidental, Afonso Arinos tendia a um tratamento mais cuidadoso com Portugal. Ao contrário do então presidente, Arinos se dispôs a buscar uma interpretação com sustentando na necessidade de cumprir com os compromissos do Tratado da Amizade, assinado em 1953, forjando uma saída que evitasse uma condenação mais pesada para Portugal na ONU. Além disso, Arinos considerava que toda sua formação era portuguesa, porém, se dizia primeiramente brasileiro e que devida sua intimidade com Portugal, não poderia apoiar a política portuguesa, que segundo ele estava ultrapassada e fadada ao fracasso.

Segundo o diplomata Samuel Pinheiro Guimarães (2011), a origem do pensamento anticolonial de Afonso Arinos tinha relação direta com sua posição contrária ao preconceito racial no Brasil e na sua convicção quanto a dívida moral e história do Brasil com a África. E que apesar de sua postura em respeito a Portugal, Arinos percebia que o Brasil, por ter sido colônia, portanto tendo vivido todo processo de exploração, deveria ser contra toda espécie de

colonialismo. Afonso Arinos, inclusive, foi o autor da Lei Afonso Arinos (Lei 1390/51) de 1951, que proibia qualquer tipo de ato de discriminação racial, primeira lei do código brasileiro que previa punição contra o preconceito de raça e cor no Brasil (PALMARES, 2012). Da mesma forma que acreditava que sendo o povo brasileiro resultado na “miscigenação” das três raças, o país deveria contribuir contra qualquer tipo de discriminação - principalmente racial -. Desse modo, o Brasil deveria oferecer ao restante do mundo o exemplo de sua fraternidade étnica.

As primeiras movimentações africanistas objetivas da diplomacia brasileira apareceram na reforma administrativa do Itamaraty em 1961. No mesmo ano, criou-se uma nova unidade administrativa dentro do Ministério das Relações Exteriores (MRE): a divisão da África. A divisão agregou aqueles diplomatas que tiveram envolvidos nos assuntos africanos no âmbito das Nações Unidas na década de 1950 para tratar exclusivamente das relações do Brasil com o continente africano. A partir disso, passou a ser incluído no relatório do MRE, um capítulo dedicado para tratar exclusivamente da África, que sintetizava a posição do Brasil para o continente e as medidas tomadas a cada ano. (LEITE, 2011) A criação da divisão materializa um trato especial que o governo brasileiro passava a ter a fim de estreitar as relações com os povos africanos. (SARAIVA, 1986)

Em abril de 1961, Jânio Quadros, criou, via um decreto o IBEEA, Instituto Brasileiro de Estudos Afro-asiáticos, com propósito de conceder bolsas de estudo no Brasil para estudantes africanos de ensino médio e superior, além do intercâmbio de professores e de um programa de exposições e seminários e visitas de conferencistas. (LEITE, 2011) Outra medida concreta tomada pelo governo brasileiro foi a criação de um grupo de trabalho dentro do Itamaraty que teria dois primeiros objetivos;

- a) formular propostas sobre as possibilidades de abertura de novas missões consulares e diplomáticas com as novas repúblicas africanas;
- b) estudar formas objetivas de estabelecer vínculos econômicos e culturais com a África. (SARAIVA, 1986)

Alguns princípios que nortearam a política africana do Brasil foram tiradas desse grupo de trabalho do Itamaraty, como: evitar toda e qualquer inclinação no sentido de atitudes político-partidárias nos assuntos domésticos africanos e aproximação deveria ser sustentada no estudo de todas as oportunidades comerciais que surgiam no contexto de libertação desses países. A partir dessas posições, medidas passaram a ser tomadas de imediato, três embaixadas brasileiras começaram a operar em Acra (Gana), Tunes (Tunísia) e Rabat (Marrocos) e o consulado que existia em Dacar (Senegal) elevou ao *status* de embaixada.

Outras embaixadas como na Guiné e no Togo, passaram a ser negociadas e segundo o Relatório do Itamaraty (1961) e embaixada em Lagos, na Nigéria, concluída na metade do ano, passou a funcionar de maneira “satisfatória”. No embalo da criação das embaixadas, no mesmo ano, o Brasil inaugurou mais quatro consulados: Luanda (Angola), Lourenço Marques (hoje Maputo, capital de Moçambique), Nairobi (Quênia) e Salisbury (na Rodésia, hoje Zimbábue). (SARAIVA, 1986)

No processo de formulação da Política Externa Brasileira para a África, tinha-se como justificativa certa preocupação do governo brasileiro com a concorrência “desleal africana, que seria prejudicial ao Brasil; como no mercado de produtos primários tropicais devido aos baixos custos de mão obra como fruto dos regimes coloniais. A pululante independência das então colônias, viria a dar novos direitos trabalhistas à população, com isso, dar-lhes, também, direito à receber melhores salários. Assim, aumentando os preços de seus produtos nos mercados mundiais, portanto, deixava de ser um “obstáculo” para a apreciação dos preços de exportação dos produtos brasileiros. Nesse argumento é possível perceber alguma semelhança com o argumento que viria depois, da chamada “cláusula social”, defendido pelos países desenvolvidos e com indústria consolidada nas atuais negociações em fóruns comerciais e econômicos. Além da preocupação dos membros da Comunidade Econômica Européia (CEE), principalmente da Alemanha, com as preferências comerciais estabelecidas dos novos Estados africanos com suas respectivas ex-metrópoles.

A dinâmica imprimida pela diplomacia brasileira foi acompanhada de sinais positivos de diversos países africanos, surtindo o efeito da reciprocidade que desejavam as autoridades brasileiras. (SARAIVA, 1986) O país recebeu a visitas do Ministro de Finanças do Gabão, uma delegação composta por políticos e funcionários dos Camarões e uma missão econômica da Nigéria. No mês de março, o então chanceler, Afonso Arinos a festa de aniversário da independência da República de Senegal e na posse do Presidente Léopold Senghor e assinou um acordo cultural. (LEITE, 2011)

Para Samuel (2011), quatro foram os fatores que marcaram a nova política africana do Brasil;

- a) a viagem supracitada de Afonso Arinos ao Senegal para as comemorações de independência (a primeira de um chanceler brasileiro no continente africano) ;
- b) a abertura de novas embaixadas, em especial em Senegal, Nigéria e Etiópia, além da preocupação em ocupá-las com urgência;
- c) o já referido programa de bolsas de estudos para estudantes africanos estudarem no Brasil.



d) e finalmente a designação de Raymundo Souza Dantas, escritor e jornalista negro bem-sucedido, como embaixador do Brasil em Gana, em abril de 1961 na primeira embaixada brasileira a ser inaugurada no continente africano, justamente na primeira república africana a se tornar independente.

Em missão pela África, em maio de 1961, o Embaixador em Lisboa, Francisco Negrão de Lima realizou uma visita em Angola a mando do presidente Jânio Quadros, e produziu um extenso relatório sobre as colônias portuguesas naquele continente. Por ocasião das festividades do primeiro aniversário da independência do Gabão, enviou-se Missão especial chefiada pelo Senador Vivaldo Lima Filho. Posteriormente, em dezembro, o Embaixador do Brasil no Cairo foi designado para comparecer às cerimônias de independência de Tanganica.

Em junho do mesmo ano, o Brasil esteve representado pelo deputado gaúcho José Pereira Coelho de Souza nas solenidades de independência da República de Serra Leoa, na África Ocidental, que visitou, também em caráter oficial, Nigéria, Gana, Costa do Marfim e a República da Guiné, atravessando os territórios das Repúblicas do Togo e do atual Benim, antigo Daomé. Rapidamente o presidente Jânio ia materializando seu interesse em aproximar o Brasil das novas repúblicas africanas, comparecendo a encontros e mostrando real compromisso do Brasil com os países e estabelecendo um modelo novo de vínculo cooperacional com as autoridades locais, diferentemente dos países europeus.

Em julho, Quadros expediu em um memorando oficial uma série de instruções ao Chanceler Afonso Arinos, incumbindo-o de:

- a) elaborar um informativo, a ser distribuído, quinzenal ou mensalmente, na África;
- b) demonstrar inequívoco prestígio a determinados líderes africanos; criar um curso de línguas exóticas no Ministério;
- c) enviar clubes ou esportistas às nações africanas, em coordenação com o Conselho Nacional de Desportos; e
- d) promover viagens da ESG (Escola Superior de Guerra) aos países da África, em coordenação com o Ministério da Guerra.

Foi determinado que o navio-escola Custódio de Mello, que tradicionalmente navegava o circuito europeu em sua primeira viagem de instrução com a turma de guardas-marinha, sangrasse as costas ocidental e oriental africanas. O barco transportaria mensagens oficiais a todos os governantes dos países visitados, acompanhadas de condecorações e presentes. Seriam montados estandes no navio, exibindo produtos brasileiros, como eletrodomésticos, tecidos e veículos utilitários. (LEITE, 2011)

Dando continuidade à PEI, no governo de João Goulart, inauguraram-se linhas marítimas especiais, ligando o Brasil ao continente africano para facilitar o intercâmbio comercial. Em agosto de 1962, o Ministro do Planejamento do Congo, em visita ao Brasil, discutiu a pauta comercial dos dois países. Em fevereiro de 1963, o Ministro nigeriano do Desenvolvimento Econômico realizou viagem similar. E Em janeiro de 1964, o Ministro da Agricultura do Quênia visitou o país para tratar de uma política comum na área de exportação de café. O Brasil também entrou na rota de interesse dos países africanos, como planejava Jânio Quadros e sua chancelaria, que além da atitude da nova política africana, acreditava que essa sinalização seria recíproca, assim trazendo uma maior sintonia no discurso e nas relações.

### 3.2 A EXPERIÊNCIA DO PRIMEIRO EMBAIXADOR NEGRO DO BRASIL

Raymundo Souza Dantas desembarcou em Gana no dia 24 de setembro de 1961 na cidade de Acra para ficar durante quatorze meses a frente da embaixada brasileira recém inaugurada no país. O desembarque se deu ainda sob impacto da renúncia do então presidente Jânio Quadros, símbolo da promoção de uma nova política externa autônoma e por consequência africana do Brasil e figura chave na nomeação de Souza Dantas, com quem tinha forte laço de amizade. Nesse período que ficou em Acra e conhecendo o continente africano, que antes disso o embaixador dizia ter um conhecimento apenas através de livretos, foi suficiente para conhecer o melhor do povo ganense, suas necessidades, que não eram poucas devido todo o histórico já trabalhado, hábitos e também seus problemas. (DANTAS, R., 1965, p.25)

Mesmo assim, Souza Dantas considera que se tratando de África seu conhecimento fica limitado pelo pequeno período, ainda longe do desejado pelo embaixador, mas podendo ser considerado suficiente para lhe conduzir nesta nova etapa do debate. Sendo, porém, alguma coisa, principalmente no que se refere ao contato direto com o ambiente real africano. Para ele, alguns dos estudiosos de África se indagam sobre “qual será o destino da África?”, o que irrita profundamente os africanos e por isso ele não se atreve a especular a respeito, muito menos criar prognósticos nesse sentido. E salienta que no Brasil há estudiosos e estadistas que reclamam da aproximação brasileira com os novos Estados africanos justamente por essa preocupação de um futuro incerto, no momento que devíamos justamente tentar aprender e conhecer o continente africano, com quem temos ligação em tantos pontos. (DANTAS, R., 1965, p.26)

O recebimento da notícia da morte do Embaixador brasileiro na Nigéria, Luiz de Souza Bandeira, foi recebida com enorme pesar por Souza Dantas. Testemunhando a empolgação do embaixador que havia chegado há 15 dias em Lagos, que interessado pelos problemas e desafios do “mundo exótico”, experiente e acostumado com ambientes difíceis, foi a melhor escolha, dentro dos diplomatas de carreira, para assumir o posto na África. Havia preocupação com as consequências no sentido de indicação de outros nomes para a região, visto a importância estratégica de um país como a Nigéria para a reformulação da política externa do Brasil para a África. (DANTAS, R., 1965, p.27)

Pouco tempo depois, Dantas recebe a visita do Embaixador da França, Grousset, em que deu as boas-vindas ao embaixador brasileiro, questionando algumas vezes sobre a renúncia de Jânio Quadros, ciente da proximidade dos dois. Pois Grousset era um entusiasta de Jânio Quadros, a quem admirava muito e esperava de Dantas - a quem dizia ser um homem privilegiado por ser brasileiro - algumas explicações sobre o ocorrido. Pois a nomeação de Dantas<sup>1</sup> repercutiu na imprensa nacional de que chegara ao país um homem forte do governo, desmentido pelo mesmo a fim de evitar ouvir certas perguntas que não o agradavam. (DANTAS, R., 1965, p. 29)

Segundo Souza Dantas (1965), as seguidas tentativas de golpes ao presidente Nkrumah, transformaram a dinâmica de Gana, como se existisse um esmorecimento geral, sem vitalidade. Os atentados, inclusive contra a vida do presidente, criaram uma sensação de medo pela oposição não declarada, predominando a incerteza sobre a estabilidade do país. Identificado com a cidade que o adotou nesse período, o embaixador revela que circulava entre os ganenses sem menor constrangimento, como uma das vantagens de ser negro entre negros, muito diferente, talvez, da vivência de outros estrangeiros e que por isso desenvolveu um sentimento de afeto com Acra. Mas que jamais conseguiu se adaptar por inteiro a Acra, que para isso seria necessário desligar-se totalmente do Brasil, aderindo as concepções, costumes e hábitos estranhos para outra formação cultural. “[...] Mas organizei a vida de forma a que esse choque não comprometesse a missão que me cabe neste mundo vário e difícil, muito mais distante de nós, negros de outras latitudes, do que se imagina.” (DANTAS, R., 1965, p. 30).

Mais genuína que outras capitais, Acra, além de ser mais representativa, foi o grande centro irradiador à época do nacionalismo africano, foi cenário das conferências e dos encontros que mais influíram no aceleramento do processo de descolonização dos anos 60 na

---

<sup>1</sup> Antes de ser indicado embaixador em Acra, Souza Dantas foi assessor pessoal do presidente Jânio Quadros.

África. Ao contrário do que diz o pensamento do colonizador europeu, Acra já tinha história antes da colonização, era um dos centros mais importantes do período pré-colonial, embora desconhecido por alguns historiadores. (DANTAS, R., 1965, p.33)

Durante sua primeira recepção diplomática, no Alto Comissariado do Canadá, Souza Dantas conheceu Martin Appiah Danquah, o cérebro da política do governo de Nkrumah, que indagou o embaixador brasileiro perguntando: “Deve se sentir em casa, não?”. Refletindo sobre a provocação de Danquah, Souza Dantas conclui que não seria possível se sentir em casa, mesmo sendo negro e descendente de africano. Não pertencia a aquele mundo, seu mundo era outro, como também sua civilização, apesar da familiaridade. Mas desejava viver com o africano, sem quaisquer pretensões, sentir seus problemas, pois o que há em comum dos dois mundos (Brasil e África) faz dos dois uma “comunidade natural” e que as diferenças nunca chegarão a frustrar. (DANTAS, R., 1965, p.35)

Em uma de suas passagens Dantas (1965, p.37) traz um caso acontecido em uma palestra na Universidade de Gana, que ele compareceu a uma palestra de um professor brasileiro que ele não cita o nome, onde esse destila muitas críticas ao regime de Osagyefo<sup>2</sup> dizendo que pobre destino era o de Gana nas mãos do atual dirigente. Para Dantas, esse era o reflexo de um certo ressentimento com as atitudes de Nkrumah ter ignorado uma parcela da elite intelectual por acreditar que seriam incapazes de contribuir com aquilo que o país necessitava quando lançou as bases do regime. Trazendo uma outra faceta do governante que até então não tinha sido tratada, e até mesmo do embaixador, enfatizando uma ideia de um progresso independente.

O debate racial também estava presente na África, assim como a curiosidade sobre o Brasil nesse tema. Dantas (1965, p.39) chamava a atenção por ser uma autoridade negra que sempre estava entre outras autoridades brancas. Ao ser indagado sobre se havia racismo no Brasil por um estudante, que depois viria a ser seu professor de inglês, sua expressão irônica revelou o óbvio, que a presença de um embaixador negro treinou o olhar dos africanos que o viam para a questão racial brasileira.

Ao receber uma carta do deputado Coelho de Souza, tratando de uma missão para o continente africano, na condição de Embaixador Extraordinário do Presidente Jânio Quadros, descrevia como a viagem mais fascinante que fizera. Que serviria também para apresentar a nova política africana do Brasil como resultado do Grupo de Trabalho constituído no Itamaraty. Dantas já tinha ciência da intenção do presidente em recomendar seu nome no que

---

<sup>2</sup> Como Nkrumah era chamado pela oposição ao governo.

chamou de “Missão especial à África”, atribuindo um importante papel, que materializasse seus discursos e do chanceler Afonso Arinos, desejando uma ação agressiva do embaixador. E que ali também começasse as críticas a sua pessoa, principalmente as envolvendo preconceito racial. (DANTAS, R., 1965, p.50)

Nkrumah recebeu Souza Dantas algumas vezes em seu gabinete, onde guardava imagens de Nasser, Tito e Sukarno. Nkrumah pareceu preocupado aos olhos do embaixador brasileiro, mas o interrompeu para dizer que havia conhecido João Goulart em Pequim, então ainda vice-presidente. Gostou do presidente brasileiro, querendo saber tudo sobre o Brasil, deixando as portas abertas do Palácio para Dantas, afirmando que o Brasil formava uma comunidade natural com os povos africanos, “irmãos de um mesmo oceano”. O significado dessa conversa vai muito além das relações diplomáticas Brasil-África, Souza Dantas se preocupava muito com a forma que os africanos percebem as situações e absorve esse sentimento com naturalidade. Nkrumah era tido como uma santidade nos primeiros anos de governo, sua estátua era visitada todo dia por milhares de pessoas, mesmo sendo uma personalidade viva e Dantas o admirava muito por isso. (DANTAS, R., 1965, p.55)

A reformulação de uma política educacional eficiente também estava no escopo de governo em Gana, porém o país carecia muito não só da qualificação dos professores, mas principalmente de professores em si. No ensino médio (o livro refere como ensino secundarista) o número de professores no país era muito pequeno e boa parte deles não eram qualificados no ensino superior e por isso a condição era precária. Já a constatação de um professor Ciril Fiscian, quem apresentou esse tema para Dantas, foi mais direta sobre a situação do ensino superior que segundo ele vivia uma condição muito melhor, que seria tão boa quanto em qualquer outro lugar do mundo, mas problematizou sua afirmação devido a desigualdade no acesso:

A educação universitária na África teve início recentemente e por esta razão ainda não desenvolveu uma tradição própria. Na maioria das vezes os cursos refletem, no seu contexto, interesses metropolitanos ou a linguagem dos mestres colonialistas. Mas já existe um começo nascido da fusão das ideias nativas e os métodos estrangeiros, e o modelo está na fase de elaboração. Desta experiência, estou certo, ele nascerá como uma árvore de galhos africanos e raízes universais. (DANTAS, R., 1965, p. 88)

Em abril de 1962, os então suspeitos da tentativa de golpe no governo de Nkrumah foram condenados a pena de morte por enforcamento. Segundo o embaixador, era o desfecho esperado, embora ninguém mais acreditasse que fosse possível acontecer, igualmente a notícia

foi recebida com indiferença pela população do país. Mas o mandantes da tentativa de golpe seguiam sem julgamento em um presídio no interior do país. (DANTAS, R., 1965, p.90)

Na reta final de sua expedição, em maio, Souza Dantas encontrou os dirigentes do MPLA, onde marcou também um encontro com Mário de Andrade e escutou muitas críticas a posição do Brasil nas Nações Unidas. Eles repetiam, com ênfase que discursos com boas intenções não eram suficientes, pediam mais atos da Política Externa Brasileira. Por muito tempo os líderes dos movimentos de libertação das colônias portuguesas eram vistos em Gana, ficavam alojados perto de Acra. (DANTAS, R., 1965, p.91)

Como reflexo da disseminação das informações já nos anos 60, foi a repercussão mal vista dos conflitos raciais nos EUA, que começaram a comprometer o trabalho dos diplomatas norte-americanos no continente africano. As denúncias e os abusos no Alabama começaram a provocar um sentimento de revolta entre os africanos, deslegitimando qualquer discurso das autoridades norte-americanas para com os africanos, perante os abusos que vinham sofrendo os negros no seu território. Os governantes africanos não só acompanhavam com real interesse o desenrolar das ocorrências nos EUA, como também, se permitiam atacar e cobrar em seus pronunciamentos o país e seus diplomatas. (DANTAS, R., 1965, p.92)

Embora Souza Dantas tenha ficado 14 meses em território africano, não relatou todos, seus depoimentos são esparsos e foram motivados por um amigo. Portanto seu último depoimento marcante é sua decepção com o comportamento do Ministro do governo ganês Krobo Edusei na recepção à Rainha Elizabeth. Que reuniu todos os chefes tribais do país e que mostrou toda a grandiosidade cultural do país, mas que seus dirigentes se mostraram seduzidos pelo poder, vestidos à européia, semelhantes a uma côrte, simbolizando “um completo anacronismo na sociedade da Nova África”. Posteriormente Souza Dantas solicitou ao presidente João Goulart sua exoneração do cargo de embaixador por motivos de saúde, o que será aprofundado no capítulo seguinte.

### 3.3 RAYMUNDO DANTAS E A ÁFRICA DIFÍCIL

Primeiramente, faz-se coerente que ressaltar que a nomeação de Raymundo Dantas, primeiro embaixador negro nomeado pelo Brasil, vem na aresta de uma crescente de intelectuais negros (incluindo o próprio Abdias do Nascimento, que é trabalhado nessa pesquisa) que desde o segundo quarto do século XX passaram a questionar as estruturas da sociedade brasileira apontando suas contradições entre o discurso da democracia racial e a situação perversa que os descendentes de escravos aqui viviam. Outro ponto se refere, também,

ao simbolismo que a nomeação de um embaixador que representaria uma parcela significativa da população brasileira teria naquele momento a fim de mostrar para a população que há uma sensibilidade do governo brasileiro com a temática do racismo.

Portanto, ciente do seu papel, Souza Dantas descreve sua “primeira e única” experiência<sup>3</sup> como embaixador do Brasil em uma espécie de análise etnográfica, em que ele pontua sua vivência no continente africano com base na sua rotina e nos encontros. Falando de detalhes comuns de viagem até causos de colegas do Itamaraty e do governo que viam com grande desconfiança sua nomeação. Com isso, nota-se que Souza Dantas já notava um descontentamento com alguns estudiosos de África:

A minha experiência africana, também a primeira e, certamente, única experiência diplomática, teve como base a vivência quase que em um só país. Permaneci por dois anos em Gana, com algumas saídas para Togo, Senegal e o Daomé<sup>4</sup>, o que me permite oferecer algumas impressões, acompanhadas de ideias gerais, se assim posso me expressar. A África não é apenas meia dúzia de países, mas um mundo múltiplo e diverso, verdadeiro mosaico. Tive, porém, a chance de testemunhar, do ponto considerado como o centro político mais importante desse mundo, o esforço concentrado de seus líderes mais atuantes, no sentido da conquista de um novo equilíbrio. (SOUZA DANTAS, 1965, p.13)

Como já supracitado, Gana foi o primeiro país dessa onda de novas repúblicas africanas a se tornar independente e o embaixador tinha consciência da relevância estratégica que sua nomeação tinha. Souza Dantas chama a atenção, por falar de elementos muito particulares sobre como ele diz “essas Áfricas” dando foco para a pluralidade da região e como não acadêmico consegue desvencilhar-se da literatura tradicional sobre África. Tratava Gana como a área mais nervosa e pulsante do continente africano e da mesma forma como um exemplo a ser seguido por outros países por ser o Estado piloto devido suas atitudes e ambições. Por outro lado países como Togo e Daomé puderam proporcionar a ele contato com descendentes de seres humanos escravizados no Brasil, repatriados e que formaram uma elite política atuante nesses dois lugares.

No entanto, relatada como uma aventura pessoal do até então jornalista influente no governo. Dantas aponta que sua experiência africana não pode ser levada em consideração

---

<sup>3</sup> O embaixador relata sua experiência na obra “África Difícil (Missão Condenada: Diário)”. Dividido em três partes: a primeira “África Difícil”, na qual Raymundo Dantas fala do contexto presente no continente africano, os desafios da nomeação e de sua perspectiva dos líderes africanos; a segunda parte “Missão Condenada: Diário” em forma de diário dos principais acontecimentos que lhe ocorreu nesses quase dois anos a frente da embaixada brasileira em Gana, além das viagens e encontros com autoridades brasileiras e locais; Na terceira e última parte chamada “Presença Brasileira: Ontem e Hoje”, o autor fala das famílias brasileiras que se instalaram no continente africano, abrindo negócios e formando elites nas localidades.

<sup>4</sup> Atual Benim.

como uma experiência sob toda África, ele se utiliza de argumentos muito respeitosos para falar das diversas culturas que ali estão estabelecidas. Além de contar com certo pessimismo, Dantas mostra-se como um entusiasta do continente africano, que consciente das amarras dos tempos coloniais, sabe o quão longe os africanos estão do progresso:

Enquanto, porém, não puder satisfazer suas necessidades e resolver seus problemas, com os seus próprios recursos, o que demorará muito e muito, terão os africanos que valer-se da ajuda daqueles mesmos que, num passado não muito distante, mantinha-os sob jugo. (DANTAS, R., 1965, p. 17)

Porém, nesse contexto, segundo o autor, já surgiam novas vozes para se livrar também dessas amarras de acordos assinados no período colonial. Mesmo que os líderes africanos não formassem um grupo homogêneo, se tinha como consenso de que alguma ajuda era necessária para a reconstrução desses países e formação de quadros burocráticos. Essa reação começava a se fazer sentir pelos discursos e alguns pronunciamentos isolados, mas significativos para o período, a fim de alertar ao menos informados sobre os perigos de uma nova dependência. Também atento ao seu olhar crítico, acreditava que não poderia oferecer um testemunho, mas sim a fim de entender os problemas, o contraditório, a sociedade africana em si, com diversas tribos e rivalidades entre elas, diferenças ideológicas, disparidades econômicas e também a tensão que existe entre os países, que segundo ele, dificultam o objetivo de cooperação interafricana.

Dantas (1965) observa que devido ao grande desconhecimento do mundo ocidental sobre os africanos, as análises e as sugestões são feitas de forma equivocada sobre o que acontece na África. Havendo, assim, um grave erro ao tentar aplicar os mesmos critérios utilizados no Ocidente para alcançar o desenvolvimento e que por isso escapa a muitos a compreensão de certos fenômenos africanos, principalmente os políticos. E que essa ânsia de vencer o atraso em que se encontra, procura-se realizar em poucos anos o que outros países, sem as o processo de exploração que passaram os africanos, alcançaram ao longo de muitos anos, etapa por etapa. Dessa forma, Dantas crê que em nenhum outro lugar ele poderia ter tido a mesma percepção da ambição africana que logrou em Gana, credita a visão empreendedora de Kwame Nkrumah (primeiro-ministro de Gana entre 1957 e 1960 e presidente de 1960 a 1966), que foi um dos fundadores da ideia do “Pan-Africanismo”. Que reconhecendo as dificuldades e a velocidade com que o tempo age em países como Gana, o governo ganense já colhia os resultados do combate à fome no seu país, nas mesmas bases que foi conquistada a descolonização.



As particularidades do continente africano, no entendimento do embaixador, não permitem que se utilizem modelos prontos para formar as bases para a construção da sociedade. Sendo necessário forjar um homem novo, sustentado nas influências mais diversas, incluindo conflitos de toda natureza e marcado pelo desejo de mudança, cujas aspirações o impulsionam, como se nota, motivado em busca da mais completa reabilitação. Assim, a agressividade e a impaciência deveriam ser características desse novo homem, sedento por afirmar sua originalidade, lançado em temerárias, lançado em cima de temerárias, procurando, assim, vencer suas frustrações e mutilações. Em busca de justiça e equidade, cobrar as alienações resultadas de séculos de exploração das nações européias. Além disso, reivindicando uma completa participação na vida global em igualdade de condições, sendo respeitadas suas concepções na construção de uma nova civilização. (DANTAS, R., 1965)

Dessa forma, a originalidade e a autonomia dos povos africanos, manifestada nessas condições - fica evidenciada em todas as áreas de atividade - mas na esfera política, em particular, se faz mais agressiva. A maioria dos regimes adotados nos novos Estados era presidencialista, porém não inspirados no modelo ocidental de presidencialismo, em razão das modificações e adaptações que passaram. Em certa medida, o jogo democrático foi violento nesses países, resultando em sistemas de partido único e, portanto, uma tendência ditatorial de alguns de seus governantes. Por isso, o sistema partidário não poderia se repetir nas mesmas bases ocidentais, porque no continente africano foi preciso obedecer a pretensões de originalidade e afirmação, tanto nas áreas de influência inglesa quanto nas áreas de influência francesa, ou em qualquer outra área de profundas contradições e divergências.

Nesse cenário, até 1968, apenas três Estados negros tinham adotado oficialmente o sistema de partido único como dispositivo constitucional: Gana, República Centro-Africana e a República do Congo. Desse modo, a originalidade da situação política africana, recusa-se também a concepção marxista de poder, apesar de lembrar quando mencionamos a ideia de forjar um novo homem. Os sistemas adotados são a negação dos preceitos da democracia ocidental e também repulsa dos modelos comunistas, se busca um figurino próprio africano, com medidas adequadas à realidade distinta. Raymundo Dantas reforça a ideia da originalidade para a construção das bases da sociedade africana:

O africano, aliás, está condenado à originalidade, pois todos os seus problemas exigem soluções diferentes. Assim no terreno das instituições políticas, assim na organização dos quadros administrativos, assim no campo do ensino e da cultura, enfim, em todas as frentes de atividades. Para atender, por exemplo, à insuficiência de quadros, lança-se na formação de um administrador versado em várias disciplinas. Nem todos os Estados, por motivo dessa insuficiência, conseguiram até aqui

africanizar os seus quadros na porcentagem desejada. Nem mesmo Gana, que também nesse particular se destacou entre os demais, sendo como foi o primeiro a procurar realizar essa africanização em todos os setores de sua vida pública administrativa. Vi de perto, fui testemunha ao vivo, da ufania dos ganeses, na proporção que aumentava a porcentagem de africanização dos seus quadros, principalmente quando completaram-na no setor militar, substituindo quase que inteiramente, em 1961, os oficiais ingleses que compunham alguns setores técnicos. Também no particular do ensino superior, a africanização é um fenômeno digno de nota, quer no particular das matérias, quer dos currículos e inclusive do corpo docente, embora nesse particular dependa ainda da assistência européia. (DANTAS, R., 1965, p. 17)

Enquanto os africanos não conseguirem resolver sozinhos seus problemas - o que demanda muito tempo - será preciso contar com os velhos conhecidos, mas também abre espaço para novas parcerias que auxiliem nessa reconstrução. Israel, por exemplo, segundo o embaixador é um desses povos que “estendem fraternalmente” a mão aos africanos, oferecendo cooperação dentro do limite do que se espera. Aliás, tendo influência reconhecida pelos ingleses como a mais sábia e porém, melhor sucedida, com relevância de atuação em alguns países da região ocidental da África, com destaque para a área agrícola, no setor de transportes e no ensino técnico, também atendendo Gana, Costa do Marfim e Camarões. Além dos israelenses, os alemães também buscam marcar sua presença na África, assim como os Estados Unidos que buscava uma cooperação sem grandes retornos, fora os vinculados a regras de acordos.

Para Dantas (1965), os russos não souberam aproveitar a oportunidade que tiveram para estreitar suas relações com os africanos, não tendo a sensibilidade necessária garantida pela fermentação do nacionalismo na África por se revelarem “medularmente racistas”, como diz embaixador: “nunca vi os russos confraternizando com africanos, eu os observei em grupos isolados, guardando escandalosa distância para com os negros no viver cotidiano”. Cometendo erros graves na Guiné, em Gana, na Somália e no Mali, sendo substituídos pelos chineses, que se utilizam de uma solidariedade pouco comentada na África, mas explorada pelo pensamento ocidental, que é a solidariedade afro-asiática<sup>5</sup>.

À França, cabe o papel, no momento, de grande presença na África, mesmo em países de colonização inglesa. Dantas (1965) não percebia as intenções francesas sobre aquilo que ele mesmo frisou de criar uma nova dependência com antigas colônias, o que viriam autores contemporâneos nomear de neo-colonialismo. Segundo o embaixador, as atitudes tomadas pelos franceses ainda assim pareciam menos equivocadas do que o restante, que tomavam

---

<sup>5</sup> Citada no Cap. 1 no discurso de Jânio Quadros e também presente na justificativa da importância do Brasil nesse diálogo entre potências industrializadas e países subdesenvolvidos.

atitudes a fim de estabilizar a situação no continente para não se complicar no cenário internacional, já que se responsabilizou pela transição e reconstrução desses países.

Contudo, embora já tenha sido maior, a influência comunista não é pequena no continente africano. Como por exemplo, dizia-se que em países como Gana, do grupo mais radical dos revolucionários<sup>6</sup>, marcados por influência comunista, evidenciavam uma dependência crescente em relação à Moscou, Pequim e Havana, apesar da convicção de criar um “figurino próprio”. O exemplo de Gana, para Souza Dantas, reflete como a influência em questão pode diminuir ao longo do tempo, precisando ser revisado o julgamento precoce das tendências dominantes. Que apesar do neutralismo declarado, é verdade que Gana esteve muito mais voltada para o espectro comunista do que para o capitalista. Havendo momentos que as potências ocidentais consideram o presidente Nkrumah, uma liderança “irrecuperável”. Quando o presidente voltava de uma viagem pelo mundo socialista em 1961, no início da passagem de Raymundo Dantas, reforçou sua admiração pela velocidade do progresso na Rússia e na China. (DANTAS, R., 1965)

Nkrumah retornou da viagem muito impressionado e embora tenha adotado bastante caracterizadas, também deixou muito a desejar. O CPP (Partido Popular), seu partido, seguiu por uma linha socializante mais ampla possível. A estrutura social africana tem como base o pensamento comunitário, o que por si só aproxima o modo de vida com o socialismo, mas se mantém distante do comunismo. Sendo assim, dessa realidade comunitária, os dirigentes do CPP aproveitaram para desencadear um programa de governo mais radical. Depois, Nkrumah reconheceu a impossibilidade de promoção de desenvolvimento do seu país seguindo pelo mesmo caminho, não conseguindo desenvolver os meios necessários para alcançar o socialismo. Então, o presidente formou uma nova orientação de agenda e governo passou a adotar medidas econômicas liberais, inclusive fazendo elogios ao capitalismo e o país não impôs nenhuma restrição à investimentos privados, direcionando para uma economia mista. (DANTAS, R., 1965)

Dantas (1965) reforça que o líder ganense passou a acentuar investimento questões prioritárias para o país antes de tentar promover o socialismo, que seu país ainda não possui os meios necessários para viabilizar, agora, prefere se esforçar para possibilitar os princípios reais para o desenvolvimento do país. Almejando a modernização da agricultura e a industrialização de Gana, mostrando que os africanos cometem erros comuns em um processo

---

<sup>6</sup> A independência de Gana foi organizada por Nkrumah a partir de 1949 contra o domínio inglês, em 1957 Gana se declara a primeira república da África subsaariana a se tornar independente. (VISENTINI, 2011)

de revolução e que buscam a conquista de um equilíbrio, com o propósito de substituir o que lhe foi destruído pelas forças colonialistas em toda sociedade africana com profundas marcas.

Nota-se a dificuldade em conseguir passar uma visão geral do que tem acontecido no território africano, muito pela velocidade que os acontecimentos ocorrem e por todo o contexto de independência e de construção de uma nova estrutura política. E curiosamente, no pós segunda-guerra, em que tudo marchava para um entendimento geral, foi o grande continente negro, sacudido por todo tipo de crise que se cruzou frente e influências internas e externas de caráter inegociável. Ressurgindo rivalidades históricas, expondo diferenças ideológicas, levantes populares e militares e até intervenção estrangeira. Dantas contextualiza a repercussão nos antigos “donos da África”:

Face a esses distúrbios, afirmam alguns observadores que as potências européias retiram-se muito cedo da África, reeditando sovados argumentos procurando provar que os territórios que se tornaram livres não estavam maduros para a independência. Além de acentuarem que a situação atual deixa o campo livre à anarquia e ao comunismo, declaram impossível a formação de sociedades estáveis, pacíficas e democráticas. A meu ver, destacar apenas esses aspectos negativos do panorama africano, não é ser verdadeiro sobre a situação da vasta e difícil área. Existem, também, em escala da mesma forma impressionante, elementos positivos, que apontam o caminho do entendimento, da solidariedade e da cooperação. Juntamente com o passado colonial comum, aproxima-os tradicional combinação de caracteres, modos e concepção de vida, acrescentando a necessidade de um desenvolvimento rápido e harmônico. (DANTAS, R., 1965, p. 20)

Assim, é possível chegar a uma breve conclusão sobre o pensamento de Souza Dantas: da mesma forma que o embaixador percebia as imensas dificuldades de reestruturação dos povos africanos no período pós-colonialismo, ainda se fazia necessário alguma assistência dos europeus. O sistema colonial africano permaneceu por muito tempo devido aos contratos firmados no antigo sistema e pela relação das elites nacionais com as antigas metrópoles. Posteriormente, criam-se novas formas de dependência, que frustram os sonhos dos africanos de um crescimento autônomo e progressista. Em algumas regiões o colonialismo permanece na prática, saindo apenas do papel, frustrando também Souza Dantas, e limitando a projeção de jovens repúblicas.

## **4 A PRESENÇA BRASILEIRA NO CONTINENTE AFRICANO PARA RAYMUNDO DANTAS E ABDIAS DO NASCIMENTO**

Neste capítulo iremos analisar sobre como o governo brasileiro dava o tom da política externa brasileira para os países africanos, inicialmente pelo artigo do presidente Jânio Quadros passando por outras representações do governo. Até chegarmos a leitura que Abdias do Nascimento faz da atuação brasileira no continente africano e sobre as posições do Itamaraty.

### **4.1 A NARRATIVA DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE PARA O CONTINENTE AFRICANO**

Recém empossado no cargo de Presidente da República, Jânio Quadros, publicou um artigo em uma revista sobre a nova política externa do Brasil e os desafios do país do âmbito internacional, provendo muita relevância para o continente africano. Exaltando a grandeza e o aspecto multicultural do Brasil, Jânio diz: “Somos uma nação de proporções continentais, ocupando quase a metade da América do Sul, relativamente próxima da África e, tecnicamente de raízes indígenas, europeias e africanas.” (QUADROS, 1961, p. 1) Dando a entender que culturalmente o Brasil se faz muito próximo dos africanos e por isso devíamos estreitar esses laços, sinalizando uma aproximação do Brasil com as novas repúblicas africanas, colocando em equidade com nossos vizinhos sul-americanos. (QUADROS, 1961)

A política externa janista carregou um forte aspecto de autonomia perante os tradicionais parceiros do Brasil e há de considerar a ousadia do Estado brasileiro em promover uma política internacional até então nova, num contexto de disputa entre colonizados e colonizadores dos anos de 1960 no continente africano. Mostrando que a partir de sua posse a África passaria a fazer parte da agenda internacional do Brasil, Jânio separa mais espaço para sinalizar o desejo de estreitamento das relações que o Brasil pretendia com os africanos:

Quanto à África, podemos dizer que representa hoje uma nova dimensão da política brasileira. Estamos ligados àquele Continente pelas nossas raízes étnicas e culturais e partilhamos do seu desejo de forjar para si mesmo uma posição independente no mundo de hoje. As nações da América Latina que se tornaram politicamente independentes no curso do século XIX tiveram o processo de desenvolvimento econômico retardado por circunstâncias históricas e a África, que apenas recentemente se tornou politicamente livre, junta-se a nós, neste momento, na luta comum pela liberdade e pelo bem-estar.

[...] Creio que é precisamente na África que o Brasil pode prestar o melhor serviço aos conceitos de vida e métodos políticos ocidentais. Nosso país deveria tornar-se o elo, a ponte entre a África e o Ocidente – desde que estamos tão intimamente ligados a ambos os povos. Enquanto pudermos dar às nações do Continente negro um exemplo de completa ausência de preconceito racial, juntamente com provas cabais de progresso sem solapar os princípios da liberdade, estaremos contribuindo decisivamente para a integração efetiva de todo o Continente num sistema ao qual estamos presos por nossa filosofia e tradição histórica. (QUADROS, 1961, p.6)

No mesmo artigo Jânio Quadros coloca o Brasil como um possível facilitador com os afro-asiáticos para levar a agenda ocidental para essas regiões, a fim de afastar desses novos países o espectro do comunismo. Ou seja, o adensamento das relações com os países africanos ampliava o perfil internacional do Brasil. O país colocava-se como “ponte entre a África e o Ocidente”, nos termos de Jânio Quadros. Por um lado, o predomínio interno da democracia aproximava o Brasil das potências da Europa. Por outro, as pretensões em comum com objetivo da paz no sistema internacional, a busca por desenvolvimento econômico e estruturação dos Estados nos aproximava mais dos povos africanos. Nos discursos, a defesa dos princípios da igualdade das raças, da autodeterminação dos povos, do anticolonialismo e da não intervenção figurava como os principais elos políticos. A valorização dos preços dos produtos manufaturados, o estímulo à industrialização e a promoção da justiça social, por sua vez, ensaiavam a união econômica. (LEITE, 2011)

Dantas (1965:50) já havia identificado a intenção do presidente Jânio Quadros e o de quanto esse tratava como prioridade da sua política externa retomar as relações com a África, se aproximando das novas repúblicas. Em missão, o Deputado Coelho de Souza, refere a sua viagem a África como “viagem mais fascinante ao meu espírito que as realizadas à América do Norte, Europa e Ásia - tanto que continuo voltado, espiritualmente, para esse Continente”. Viagem que simbolizou a primeira e efetiva de Jânio Quadros visando incrementar as relações do Brasil com as novas repúblicas. Assim sendo, essa missão resultado das conclusões do Grupo de Trabalho constituído no Itamaraty com a intenção de preparar a representação diplomática brasileira e ela elaborar a política para o continente.

Alguns embaixadores indicados para a África negra, ao chegar em seus postos, constataram que o rápido gesto diplomático dos governos Quadros e Goulart, de interesse e solidariedade política aos recém independentes, não fora acompanhado pela infra-estrutura necessária ao funcionamento das novas embaixadas. Raymundo Souza Dantas, primeiro embaixador a ser nomeado para a África negra, por Quadros, ainda em 1961, chegou a Gana reclamando das condições em que iria trabalhar. Como visto no capítulo anterior, Souza

Dantas descreveu sua experiência em Acra, depois de pouco mais de um ano representando o Brasil, como “dolorosa e traumática”. (SARAIVA, 1986)

Souza Dantas referia-se principalmente, a dificuldade de o Itamaraty prover a embaixada brasileira em Gana das condições básicas para o seu pleno funcionamento. Faltavam móveis e pessoal adequado ao desafio da abertura de novas frentes para o Brasil no continente africano. Depois da sua missão na África, no Encontro Nacional Afro-Brasileiro de 1982, Souza Dantas mais uma vez criticou o sentido estreito com que muitos burocratas trataram as prioridades daqueles tempos à política africana. Segundo ele, a relativa concentração aos temas comerciais fazia, e fez com que o Brasil não conseguisse ampliar seus verdadeiros potenciais de cooperação com os nascentes Estados africanos da costa atlântica. (SARAIVA, 1986)

Caracterizado pelo ufanismo, o governo brasileiro exaltava a identidade cultural comum entre os povos de Brasil e África, o que reforçava as credenciais da ideia de Jânio Quadros do Brasil servir como ponte de interlocução. Construía-se uma imagem da sociedade brasileira forjada na comunhão da matriz ocidental com a herança histórica e cultural do continente africano, a ser projetada na África. O diplomata Carlos Alberto Leite Barbosa, que escreveu sobre a política externa de Jânio Quadros, (apud. LEITE) frisou que esse recurso de aproximação de identidade cultural se revelava como mecanismo útil para contrabalançar a ausência de apoio dos meios econômicos internos para a ação brasileira na África. As iniciativas de nomeação do escritor negro Raymundo de Souza Dantas a Embaixador em Acra e a criação do IBEEA refletem esse discurso culturalista. (LEITE, 2011)

Souza Dantas (1965) afirma que a percepção é que o Brasil não tem de fato uma política africana, que temos apenas declarado intenções de alguma parte do governo brasileiro. Mas o embaixador reforça o discurso do governo que há uma diretriz clara, mas que está em pleno desenvolvimento enquanto também vai acontecendo. Dessa forma, sem alardes, a intenção do governo é justamente essa, não atropelar esse processo para que não seja visto como uma relação agressiva ou sem profundos estudos. O tom do discurso se justifica pela ideia de que somente agora, a partir do governo Jânio Quadros, o Brasil começava a ter uma vivência de África e a tomar conhecimento de seus problemas e necessidades. Essa vivência direta, inclusive, contribui para a formação para a grande política africana do Brasil, com o intuito de que as embaixadas brasileiras no continente africano deixem de ser só repartições burocráticas para se transformarem em verdadeiros veículos de promoção a cooperação.

A intensificação das relações do Brasil com a África também era fruto de interesse interno. A ideia de o país possuir uma natural vocação africana era não só dirigida ao povo africano, mas também à população brasileira. Além da abertura de diversas representações permanentes e da designação pioneira de um indivíduo negro para ocupar a chefia de uma delas, o Presidente Jânio Quadros tinha sido o primeiro mandatário a conferir a um negro, o professor Milton Santos, a Casa Civil da Presidência (LEITE, 2011). Além disso, havia escolhido como chanceler o senador Afonso Arinos, cuja trajetória política era marcada pela condenação e criminalização do racismo, apesar do partido conservador. No entendimento do Governo, tais demonstrações de sensibilidade com a causa da miscigenação racial poderiam atrair o apoio de amplos segmentos da sociedade brasileira. Afonso Arinos sintetizou essas dimensões ao afirmar que:

Minha política africana [...] era fundada em dois propósitos. De um lado, eu sentia a possibilidade e até mesmo a relativa facilidade de construir um sólido prestígio brasileiro nos novos Estados negros. Demograficamente, o Brasil é um dos maiores, se não o maior Estado negro do mundo, e uma política de aproveitamento deste fator inafastável teria grandes resultados, tanto no prestígio do nosso país na comunidade africana (com vantagens para a nossa ação nas Nações Unidas) como no despertamento do interesse e do apoio das grandes massas brasileiras de sangue mestiço em relação à política externa do governo. (FRANCO, 1961)

Souza Dantas reforça que não pertencia a aquele mundo (o africano), mas que devido à empatia e o fato de ser negro - mesmo que de outro mundo - era sensível às suas reivindicações. Até porque, de toda forma, a forma com que era tratado pelos ganenses, que tinham o costume de chamá-lo de irmão, não poderia gerar outro retorno senão o de simpatia e aceitação. Mas que muito afirmaram a época que todas suas vitórias pessoais e profissionais se devia ao fato de ele ser negro, como Embaixador do Brasil em um país cuja tônica é a afirmação do negro em todas as frentes e espaços. (DANTAS, R., 1965, p.37) Imaginários como esses nos permitem reflexões contemporâneas do Brasil, em que pequenas reparações para a população negra são vistas como uma espécie de vantagem concedida ou de perda de direitos de um segundo que estaria sendo prejudicado em virtude do primeiro.

Raymundo Dantas notava que havia uma desconfiança no Itamaraty no que dizia respeito sua nomeação para a embaixada em Gana, inclusive dentro do Grupo de Trabalho sobre África, o qual fez parte do grupo de pesquisas. Entendeu logo de princípio que estava sendo usado pelo governo como um sinal de estreitamento que precisava de um ente negro no governo para falar de “igual para igual”. Mas mesmo contrariado ao propósito e consciente disso, não poupou críticas às justificativas não ditas sobre sua nomeação:



Poderia apontar a minha experiência africana mais como uma aventura pessoal, o que ela realmente é, levando-se em conta a dimensão de alguns de seus aspectos. Na tentativa de estabelecer intimidade maior, na minha convivência de dois anos com o ganense, não precisei fazer-me negro entre negros, conforme pretendia alguém, para melhor compreender a alma do africano. Por motivos óbvios, não me seria difícil passar por um nativo, mas havia outros, sem qualquer relação com a cor, e sim com o meu modo de ser e de ver as coisas, sendo como sou homem de outro mundo, que obstacularam-me a intimidade na medida do desejado. (DANTAS, R., 1965, p. 14)

Dantas enfatiza que conviveu realmente com o ganense, convivendo com seus problemas e anseios, que até certo ponto eram problemas de outros africanos e também brasileiros. Que embora fosse um homem de “outro mundo” que se coloca como civilizado em comparação com o africano, conhecendo suas angústias e aspirações, o ambiente de Gana não fazia totalmente estranho para ele e que, portanto, não poderia ser inteiramente impermeável as tradições e ao modo de viver. Inclusive, o embaixador concordava com a narrativa da Política Externa Brasileira de que temos mais elementos que nos aproximam dos africanos do que qualquer outro povo, para além da cultura e dos negros que aqui vivem, mas também pelo histórico de exploração e pelas reivindicações comuns. (DANTAS, R., 1965)

As críticas do embaixador não se reduziram apenas a sua pessoa e o racismo dentro do Itamaraty, por parte do governo e da imprensa brasileira, mas também ao desconhecimento mínimo sobre o modo de vida dos africanos e a falta de interesse em se informar. Também pondera que há um desconhecimento também por parte dos africanos sobre o que se passa no Brasil, porém, aqui os instrumentos já eram infinitamente melhor disponíveis, principalmente por parte da elite intelectual e política. Nesse sentido, Souza Dantas revela esse descontentamento:

Como não podia deixar de ser, fizeram-me no Brasil toda espécie de perguntas sobre a África em geral e Gana em particular. Muitas delas me irritaram, porque inspiradas na mais completa má vontade ou ignorância. A verdade é que muito pouco se sabe em meu país, sobre o que realmente se passa em África. Ocorre, por outro lado, o mesmo fenômeno de parte dos africanos, para conosco. A ignorância é quase absoluta. Cumpre, ainda, registrar que, todas as revelações que lhes fazemos, quer sobre a nossa vida em geral, provocam espanto, quando não incredulidade. É difícil ocorrer, por exemplo, pronunciamentos como o feito recentemente, por Houphouet-Boigny, da Costa do Marfim, sobre o mundo latino-americano, situando o Brasil como o grande líder, por motivo de suas potencialidades. [...] Embora diga-se que os dois mundos se aproximam, por interesses comuns, são porém outras as influências que, no momento, prevalecem em suas relações, negócios e ambições. (DANTAS, 1965, p. 31)

Evidente, que apesar da visão pessimista de curto prazo de Souza Dantas, também compreende que esse processo é natural devido aos anos de controle sobre o território

africano. Que ainda por muito tempo os Estados independentes da África dependerão das chamadas metrópoles colonialistas, pois o vínculo de séculos seguirá existindo. Além disso, boa parte da África, de expressão francesa, depende muito de Paris, e que por enquanto também não quer viver sem essa tutela, mesmo que isso não signifique uma independência plena.

No entanto, as decepções de Souza Dantas, em 1963, como embaixador do Brasil na África, são atreladas diretamente ao Itamaraty e ao governo brasileiro, que segundo ele buscaram criar obstáculos em suas atividades, emperrando ainda mais suas funções que já eram difíceis por natureza. Mas que cumpriria com seu compromisso, mesmo não contando com apoio de ninguém no Brasil, muito menos do Itamaraty, ademais João Goulart tinha afastado suas atenções do continente africano, como também mencionado pela literatura tradicional e, portanto o Brasil teria abandonado a “Missão África”, ficando sem relevância seu papel. “Coquetéis, coquetéis e mais coquetéis”, relatam o abandono da PEB do Brasil para a África de Goulart para Souza Dantas, que apenas servia para exibição pessoal e excesso de formalidade. Ambiente esse que Dantas se sentia um verdadeiro estranho e que com esse fim não havia mais razão de estar em uma missão que havia envelhecido. (DANTAS, R., 1965, p.96)

Por fim, Dantas (1965, p.90) enfatiza que é de seu dever registrar que a embaixada brasileira jamais esteve devidamente aparelhada para funcionar de maneira eficaz e que nada foi feito para o incremento das nossas relações comerciais. Referindo que a missão em Gana poderia ter sido completamente outra se as condições fossem realizadas como planejado, mas que mesmo sem a devida estrutura foi possível lograr boas relações. Apostando que talvez uma postura mais agressiva no sentido da vontade política e de maiores estudos sobre as relações políticas e comerciais poderiam ter gerado um impacto mais forte. O fato é de que o governo apostou que motivadas pelo Estado brasileiro e suas representações, haveria um interesse das empresas nacionais em negociar com os africanos, como o resultado não veio e o governo de João Goulart tinha questões internas difíceis para resolver, o plano PEI ficou em segundo plano e por consequência, a África também.

## 4.2 A PERCEPÇÃO DE ABDIAS DO NASCIMENTO SOBRE AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA

O imaginário de que o Brasil é resultado de uma construção plural de diversas populações, mestiças e miscigenadas, é relativamente antiga. Carl von Martius sintetizou uma de suas primeiras formulações em seu conhecido texto, “como deve ser escrita a história do Brasil”. Entretanto, apesar de superar a ideia do Brasil como um mero legado europeu, propondo este como o resultado de contribuições de nativos indígenas, de europeus e de negros africanos, von Martius manteve a percepção de contribuições assimétricas e qualitativamente desiguais, reconhecendo um papel central aos europeus, e mesmo aventando que a contribuição africana seria ambígua, podendo ter sido “para o melhor ou para o pior”. Persistiu no Brasil, desde o século XIX, a visão de que, se a população de origem africana teve alguma contribuição na construção da nação, esta contribuição tenha sido eminentemente física, através do trabalho braçal, ou simplesmente existindo enquanto população, como, por exemplo, quando José de Alencar defendeu a permanência do tráfico negreiro com o argumento de que sem o tráfico de escravos africanos, o Brasil jamais teria sido povoado em toda sua extensão. (KANTER; MACHADO, 2015)

É Abdias do Nascimento que nos revela um caminho mais complexo, apontando que “o Brasil é um país dos índios, construído por negros em benefício de brancos”. Ao mesmo tempo que visões tradicionais buscaram exaltar a centralidade da atuação europeia na construção do Brasil, consistentemente buscaram omitir a atuação indígena e negra no país, relegando a esta última o papel de mão de obra. Sérgio Buarque de Hollanda já expôs o quanto a agricultura europeia era inadequada para o clima e os solos brasileiros, e demonstrou que houve uma significativa incorporação de técnicas agrícolas das populações nativas. (NASCIMENTO, 1980)

Entretanto, o historiador Joseph Ki-Zerbo (1972), de Burkina Faso, aprofundou a demonstração do caráter plural do Brasil, expondo que o deslocamento forçado de enormes contingentes populacionais africanos para o Brasil foi essencial não apenas para a ocupação de seu território, mas também para a sua viabilização econômica, descrevendo que os negros africanos “literalmente civilizaram” este país. É evidente que, por mais que os indígenas tivessem maior habilidade que os europeus para desenvolver a agricultura local, eles se sustentavam primariamente da caça e coleta, tendo uma agricultura de rendimento limitado. A população de negros africanos vinha de comunidades sedentárias, com técnicas de agricultura e metalurgia mais elaboradas, fundamentais para o desenvolvimento de agricultura em larga

escala nos trópicos. Ou seja, longe de estarem restritos a mero trabalho braçal, os negros brasileiros foram fundamentais nos primórdios do país também do ponto de vista técnico e tecnológico. (KANTER; MACHADO, 2015)

Nesse contexto, Raymundo Dantas nos traz sua experiência, desde sua nomeação pelo então presidente Jânio Quadros, suas impressões do governo, da Política Externa Brasileira para a África e as repercussões na época dentro e fora do Itamaraty e do governo sobre seu nome. Dantas (1965) rapidamente percebeu que a intenção de Jânio Quadros com sua nomeação para a embaixada de Gana era estreitar os laços com os africanos, todavia, Dantas salienta que essa idéia de acreditar de facilitar o diálogo não elimina a diáspora que separa os negros dos brancos no Brasil e que segundo Abdias (1980) trata de um “cinismo à brasileira”. Ou seja, o racismo não vai deixar de existir por ter um ou mais negro em um alto degrau do governo: vai deixar ainda mais evidente as mazelas do país, além de menosprezar a inteligência dos africanos.

Para Abdias do Nascimento (1978), as relações Brasil-África acontecem predominantemente no aspecto cultural, que não deixa de ser ignorado pelas autoridades brasileiras. Para ele as “massas africanas” no Brasil são exterminadas desde a história contada nos livros, passando pela violência do Estado, até chegar nos dados estatísticos. Segundo ele, o “cinismo à brasileira” trata os negros como mercadoria, vendendo a imagem de um país miscigenado de maioria branca quando nos apresentamos para os europeus, mas quando dialogamos com os africanos o Brasil costuma se vender como um país negro, mas nunca expondo as contradições e nem exaltando o nível de vida dos negros no Brasil como um insucesso (DO NASCIMENTO, 1980). Inclusive, Souza Dantas observa esse aspecto logo após a sua nomeação quando pessoas do Itamaraty que trabalharam junto com ele no primeiro Grupo de Trabalho para a África (LEITE, 2011:99) ignoraram todas suas capacidades e atribuíram sua nomeação unicamente a sua cor. Ademais que, o antigo embaixador afirma que se o objetivo do Brasil era mascarar o racismo do país para os africanos, a atitude teve efeito reverso, treinando os olhares dos africanos para a desigualdade brasileira.

No livro, O Genocídio do Negro Brasileiro de 1978, Abdias reserva um espaço para expor como a estética da branquice age sobre os artistas negros, que esse processo estrutural faz com que descendentes de africanos sejam forçados a alienar sua própria identidade. Para Abdias, esses efeitos são notados justamente em Souza Dantas, único negro até a época a exercer um cargo de embaixador do Brasil. Quando Souza Dantas diz que “é um negro de outro continente”, Abdias interpreta como se o embaixador estivesse negando sua ancestralidade ao se afirmar como um homem ocidental. Dando exemplo de outros negros que

não sucumbiram ao processo de branqueamento, como Guerreiro Ramos, Cruz e Sousa, Luís Gama e Lima Barreto.

Portanto, ainda que o negro tenha contribuído para a formação de um senso de nacionalidade ou de identidade nacional, fato que é que este não é visto pela intelectualidade brasileira como componente fundamental para a construção da nossa sociedade. Para Abdias, a maneira que o pensamento social é formado no debate internacional, impede que outros negros, em primeiro lugar, sejam ouvidos enquanto produtores de conhecimento e, por segundo, são suprimidos aos negros qualquer reconhecimento como membros formados de alguma estrutura social. (DO NASCIMENTO, 1978)

Talvez a principal reação a esse processo, aconteceu com a formação do Teatro Experimental do Negro, o TEN, que tinha como principais objetivos:

- a) resgatar os valores da cultura africana marginalizados;
- b) erradicar dos palcos as chamadas “black-faces” e;
- c) terminar com a cultura de inserir o negro em papéis grotescos ou de submissão.

Nessa histórica tarefa, Abdias incluiu os excluídos socialmente, como empregadas domésticas, favelados, frequentadores de terreiros e operários. O TEN, como diria Abdias, “nunca foi só um grupo de teatro, era uma frente de luta”, além de estimular a criação de uma literatura dramática baseada na experiência do negro brasileiro, tendo o negro a oportunidade de surgir como personagem-herói. (DO NASCIMENTO, 1978)

Durante um período de férias no Brasil, Souza Dantas foi indagado muitas vezes sobre a maneira como se sente em Gana e como os africanos o tratavam da mesma forma tendo que responder que tipo de cidade era Acra. Assim, mesmo presenciando a vida na cidade, não tinha como dar um depoimento totalmente verdadeiro sobre a cidade, mas que também não era desprezível. Como por exemplo, Dakar e Abdjan, que segundo ele, essas cidades sofreram forte alteração da sua fisionomia por conta da interferência dos europeus. Por outro lado, Acra guardava elementos de sua cultura e civilização, que num futuro próximo possibilitaria um “harmonioso equilíbrio”. Todavia, todos esses questionamentos motivaram, que mesmo com uma curta experiência, motivasse Souza Dantas a fazer um trabalho diferente e deixar sua contribuição, mesmo que isso fosse apenas para revelar o seu comportamento diante do africano e também o contrário. (DANTAS, R., 1965)

Em seu livro, “O Quilombismo”, Abdias do Nascimento (1980) expõe todo um cenário sobre a condição social do afro-brasileiro. Após tecer toda a dinâmica do processo de discriminação, preconceito, segregação e racismo vivido pelo negro brasileiro, Abdias traz a proposta do quilombismo como projeto nacional, com propósito de contribuir para a

reorganização social e política do Brasil. Sua proposta quilombista é percebida como uma alternativa a sociedade posta, racista e preconceituosa que a elite brasileira criou. Nesse sentido, o pilar do quilombismo, como solução prática e teórica, se baseia na perspectiva de uma retomada da memória africana do negro brasileiro, que é parte de um esforço de reconstrução em que todos os afro-brasileiros estariam ligados.

A cultura pan-africanista de Abdias se sustenta na tentativa de uma melhoria de vida dos africanos com a conquista da liberdade, unindo os negros de todos os países independentemente de geografia para constituir uma grande comunidade. Dessa forma, a independência de significativa parte dos países africanos mostra as primeiras vitórias dessa luta. Pois se cada nacionalidade se ergue como etapa necessária do processo de desmantelamento do sistema colonialista, isso representa uma necessidade visando a completa libertação dessas populações. (NASCIMENTO, 1980)

Carlos Moore Wedderburn (2002), amigo pessoal de Abdias, escreveu sobre o pensamento do amigo referente sua ideia pan-africanista e de como o Brasil se encaixava nos aspectos de repúblicas negras, que no longo prazo se tornaria um grande Estado negro. Abdias rejeitava a polarização dos blocos dois blocos ideológicos posto na Guerra Fria, entendia que era necessário em algumas lutas escolher lado, mas apostava que a emancipação dos negros só aconteceria se suas ideias não fossem colonizadas pelos brancos de qualquer inclinação política-ideológica. O que o levou Abdias naturalmente para uma posição de uma espécie de terceira via no espectro da política internacional, surgida em 1955 na Conferência de Bandung, já retratada por Sombra Saraiva (1986) como o primeiro sinal de uma emancipação de pensamento dos países afro-asiáticos. Essa linha de Bandung, que foi trazida pelos países afro-asiáticos recém-independentes, consistia na elaboração de uma política exterior de não-alinhamento, adotando um "neutralismo positivo" entre o comunismo e o capitalismo. Abdias prontamente se identificou com a corrente de pensamento, visto que ele mesmo não concordava com soluções de capitalistas e de comunistas para lidar com problemas específicos de povos negros, o que não significava que Abdias fosse de centro.

Para Abdias (1980), os intelectuais negros deviam entender seus privilégios perante as injustiças sobre a população negra e absorver um papel que contribuísse para que buscássemos novas alternativas de sociedade. Dessa forma, o movimento pan-africanista não dependesse dos espaços cedidos pelo campo ideológico da esquerda, que qualquer instabilidade nesse campo, não tomasse a reboque uma tensão na ideologia pan-africanista. Que assim como os africanos, o Brasil e o continente americano como um todo, enfrentavam os resultados da diáspora africana. (WEDDERBURN, 2002) Abdias (1980) credita os

conflitos étnicos no continente africano há um grande equívoco da Organização da Unidade Africana (OUA), que consolidou em 1963 que as fronteiras entre os países seriam as mesmas determinadas pelos europeus, que quando houve a oportunidade de reinventar o território, o discurso conservador triunfou. Como consequência desse processo, as elites formadas nos países africanos, rapidamente se apropriaram do conceito pan-africanista e o transformaram em uma maneira liberal de pensar a sociedade africana, servindo de competição entre os Estados.

Em outro momento, decidido a discutir as estruturas do Estado brasileiro, Abdias (1980) percebe então como “os olhos azuis do Itamaraty não enxergam o negro”, sustentando a ideia do Itamaraty ser uma instituição com caráter elitista e racista, simbolizando nas relações Brasil-África. Do discurso que política africana do Brasil, de que quando vamos a África o Brasil se coloca como um país negro, cita exemplos da aproximação cultural entre brasileiros e africanos, mas ao mesmo tempo, com exceção de Souza Dantas, o país não possui negros em seus quadros de governo ou de representação. E quando o discurso é dirigido aos europeus, o discurso brasileiro vai em direção a colonização europeia da metade do século XX no Brasil para estabelecer essa proximidade, revelando certa hipocrisia e mascara a realidade.

Além disso, Abdias identifica que se o governo brasileiro busca promover a democracia racial com intuito de assim se oferecer como parceiro dos africanos, porém, mascarando a forma como os afro-brasileiros vivem, escondendo as desigualdades brasileiras. Que aqui parecem que vivem em outro país, distante de casas higiênicas, cuidados médicos, alimentação básica e que por isso morrem mais cedo que os brancos, ou seja, quando falamos de África não se debate o racismo interno e as consequências dessa violência para a população negra e a sociedade como um todo, onde predomina o eurocentrismo. Deixando de lado toda a exploração que vitima os descendentes de africanos que aqui vivem. (NASCIMENTO, 1980)

Abdias (1980) enxergava a política externa brasileira subordinada ao regime de Antônio Salazar (ditador português de 1932 a 1968) e a suas práticas e objetivos colonial-genocidas em Angola e Moçambique, chancelado pelo Acordo de Amizade assinado com Portugal. Tratado esse que teve péssima repercussão entre os africanos com o discurso ameno da chancelaria em favor do colonialismo português quando a ONU votou a descolonização portuguesa. Abdias salienta que o discurso defendido pelas representações do governo são sempre pró-África, o que segundo ele menospreza a inteligência dos brasileiros.

Abdias reforça que há uma “docilidade” do Brasil ao seguir os votos das grandes potências, que o posicionamento brasileiro, mesmo que ameno, a favor da descolonização,

seguia a tendência do voto dos Estados Unidos, que queriam estabelecer uma nova dependência com os africanos. Que a coerência brasileira se dá nesse sentido, não a favor dos africanos, mas sim surfando na onda da política externa de outros países mais robustos. Dessa vez, Abdias faz duras críticas ao chanceler Afonso Arinos e seu discurso de que o Brasil seria um elo para o mundo afro-asiático, sustentado na ideia de democracia racial e da miscigenação:

É cansativo e nauseante ter de enfrentar uma vez mais e mais o argumento da miscigenação como fundamento de uma infundável democracia racial inexistente; em verdade se trata de uma autêntica demagogia racial que na boca dos ideólogos se torna em uma democracia racial. Outro tanto se aplica à afirmação de uma cultura latina que teria precedido a cultura brasileira, e a atual os africanos e índios enriqueceram. (NASCIMENTO, 1980, p.167)

Abdias considera que o laço de fraternidade que existe entre nós e os portugueses é menor do relação que nos liga a Angola, Guiné e Moçambique. Para o autor, o Brasil deveria se comprometer mais com os acordos quais assinou, aplicando com maior rigor as sanções devido ao regimes na África do Sul, na Rodésia, na Angola e em Moçambique, onde vigora o apartheid, resiste o tráfico de escravos e condições piores do que a do Brasil escravagista, treinando os olhos do mundo todo para as injustiças que lá acontecem. Essa diretriz teria surtido, segundo Abdias, forte efeito nos processos de descolonização sob ordem portuguesa, mas o que se viu foi justamente o contrário: a supremacia branca e o racismo cegando a política africana do Brasil, perdendo a oportunidade gerar impacto contra os regimes de opressão.

Para Abdias (1980), a ação internacional sempre dependeu sistematicamente dos poderes coloniais, principalmente ao colonialismo português. Para ele, a diplomacia brasileira reflete o retrato interno da elite política, que ao flutuar entre os interesses os interesses das grandes potências, coloca-se em oposição aos interesses da maior parte da população brasileira. Maioria negra, diga-se de passagem, que não tem espaço, como coletivo, nas instituições e círculos que se tomam as decisões do país, até mesmo quando o negro é o assunto. Assim como, a PEB da África, quando se discutiu e votou a descolonização do continente africano, o Brasil sempre seguir as indicações de Portugal se abstendo nas decisões.

Na mesma linha, o presidente JK chegou a afirmar que a política externa brasileira era mesma de Portugal (apud. NASCIMENTO, 1980), se subordinando aos interesses colonialistas. Assim como o Tratado de Amizade no governo Vargas, o qual era ferramenta



do colonialismo salazarista para a manutenção das colônias portuguesas, tendo o Brasil como apoiador. Portanto, para Abdias, todos os chanceleres brasileiros, mesmo aqueles militantes do progressismo, como Afonso Arinos, contribuíram ou facilitaram em suas gestões a expansão do colonialismo português no continente africano. Como disse o já citado neste trabalho, José Honório Rodrigues:

Nada mais, nenhuma mensagem de simpatia, nenhuma solidariedade, nenhum gesto, para não falar em cooperação, como se nos envergonhasse a primavera do Poder africano, como se nos humilhasse a outra alma que possuímos, como se tivéssemos acanhamento da nossa identidade comum, como se fosse possível continuar esta dicotomia entre política internacional dirigida por uma elite europeizada, que trabalha pela conservação do status quo, cuja entrada na área de decisão só agora começou. (RODRIGUES, 1964<sup>7</sup> apud NASCIMENTO, 1980, p.192)

Desse modo, muitas vezes por falta de participação popular e de uma maior efetividade da política africana, para Abdias, o Brasil perdeu as oportunidades que teve e que se dispôs na criação da Política Externa Independente, de ser o elo entre as potências do ocidente e os novos Estados africanos. Assim por vezes, depois de 1964, oscilando em momentos de aproximação e afastamento do continente africano, a instabilidade deu o tom nas relações, além da falta de confiança dos africanos com os brasileiros. Reforça que o Brasil apresenta sempre políticas de governo que buscam essa aproximação, mas que enquanto isso não for debatido com a sociedade - principalmente com o movimento negro - enfrentaremos entraves na formação de uma atuação de Estado no continente africano.

---

<sup>7</sup> RODRIGUES, J. Brasil e África: outro horizonte. (1964) Conforme autor.

## 5 CONCLUSÕES

Desde os anos de 1940 já havia cobrança para uma atuação externa mais autônoma por parte do Brasil, a própria eleição de Osvaldo Aranha para a presidência da Assembléia Geral da ONU, em 1947, já mostrava essa estratégia do Brasil para o continente africano. Visto que o chanceler havia escrito já em 1943 “os próximos trinta anos da política exterior do Brasil, em que estava inserido a busca pelo desenvolvimento industrial do país e a busca de preponderância na América do Sul, além de uma aproximação do Brasil para o continente africano via Portugal.

No pós segunda guerra, na segundo governo Vargas (1951-1954), o Brasil adotou duras críticas às desigualdades estruturais da economia internacional, que criavam nações dependentes de financiamento externo das grandes potências. No período Kubitschek o ideário desenvolvimentista da Era Vargas é levado adiante, porém com um teor mais ameno de contestação da ordem vigente. Em ambos momentos da história nacional percebe-se dentro do Itamaraty uma intenção de se aproximar do continente africano, trazendo consequências nas percepções das regiões coloniais da África. Incluindo a região na esfera de influência do Brasil, atrelando que a buscando por desenvolvimento era de todos os povos empobrecidos pelas antigas colônias.

Outro ponto crucial na construção do presente trabalho é a latente discussão racial que havia e há no Brasil, reflexo do surgimento de grandes figuras negras na arte, na música e na intelectualidade. Além de toda a discussão da construção do Brasil, simbolizado na personalidade de Abdias do Nascimento que dizia que era preciso recontar a história do negro no Brasil porque a história do negro no Brasil é a história desse país, não há como contar desvinculando os assuntos. Abdias, por sua vez, com o Teatro Experimental do Negro, como seu principal feito foi capaz de levar a questão racial no Brasil a pontos que gerasse constrangimento de autoridades brasileiras, sofrendo repressão e manifestações contrárias por parte de entidades religiosas. Para Abdias, o negro brasileiro precisava ter função de protagonismo nas discussões sobre o que se passava no contexto nas descolonizações no continente africano no final dos anos 1950 e início de 1960.

Com a eleição de Jânio Quadros em 1961, o novo presidente anuncia “a nova política externa do Brasil”, com alto grau de autonomia e disposto a discutir sobre as descolonizações de maneira independente de Portugal, com as chancelarias de San Tiago Dantas, Afonso Arinos e Araújo Castro, a atuação internacional do Brasil foi chancelada por Dantas como Política Externa Independente (PEI). Vale ressaltar que da mesma forma que analisamos no

trabalho, de maneira mais aprofundada, a consolidação de uma política africana do Brasil foi resultado de um processo histórico de autonomia, e não personalizada por Jânio Quadros. Porém a ousadia no então presidente é notável visto que os conservadores que o elegeram, incluindo os grandes jornais de circulação da época o criticaram, ironizando a abertura de embaixadas num continente marcado por conflitos e considerado “perdido” e que para buscar o progresso o Brasil precisava recorrer aos Estados Unidos e as potências européias, e não contrariá-las se inserindo na África.

No entanto, a reestruturação de antigos consulados e a construção de novas embaixadas no continente africano foi simbolizada pela nomeação de Raymundo Souza Dantas como embaixador em Acra (primeiro país africano a se tornar independente). Souza Dantas foi o primeiro negro a ocupar um cargo de representação do Brasil, em cima disso trabalhamos para responder a pergunta de como o exercício da PEI viabilizou a nomeação de Souza Dantas e como se deu a repercussão no movimento negro via Abdias do Nascimento. Acredito que nesse sentido, conseguimos mostrar os instrumentos utilizados para a construção de uma política africana, através do Grupo de Trabalho formado dentro do Itamaraty para formar essa atuação, no qual Souza Dantas contribuiu com a sua consciência de um negro de um espaço branco e ciente do propósito de estar formando tais diretrizes.

Portanto, além disso, nos propusemos a responder como essa nova atuação do Brasil refletiu nas relações Brasil-África. O trabalho nos traz a resposta com a criação das primeiras embaixadas africanas na América Latina, sendo todas instaladas no Brasil e na quantidade de visitas de delegações africanas e acordos firmados. Por outro lado, Souza Dantas e Abdias não se limitam a parte institucional das relações, mas sim, as atitudes tomadas pelo Brasil nesse processo. Que hesitou em denunciar Portugal e seus abusos na Guiné Equatorial, Angola e Moçambique, inclusive no segundo capítulo comentamos a abordagem recebida por Souza Dantas por lideranças do MPLA, grupo de libertação da Angola, que cobrou atitudes do Brasil contra Portugal, não apenas discursos. Para Abdias, o Brasil teve grandes oportunidades de se mostrar para os africanos como uma nação que atuaria de maneira mais próxima, mas que a descrença na inteligência dos africanos não permitiu que o Brasil lograsse uma parceria mais concreta, que por muitos anos foi esvaziada, com ciclos de aproximação e distanciamento.

Este trabalho buscou se inserir em uma discussão maior sobre o racismo institucional brasileiro, que aplicado em praticamente todas as áreas, há uma consequência muito marcante na academia e na produção de conhecimento. Visto que negros enfrentam mais barreiras durante suas vidas devido a desigualdade racial no Brasil, trouxemos Raymundo Dantas e Abdias do Nascimento para a discussão das relações Brasil-África com a pretensa intenção de

apresentá-los para o debate de política externa. A construção da política externa africana, inclusive, como analisamos, também foi pensada por Souza Dantas, que embora, fosse um homem das altas classes, carregava esse simbolismo. Por outro lado, Abdias, reconhecia a importância de Dantas, porém contestava uma participação mais efetiva dos negros - de maneira coletiva - nessas relações.

Inserir Abdias na discussão, de certa forma, é inserir boa parcela do movimento negro para a discussão, que no século XX no Brasil, talvez fosse essa a principal voz do direito dos negros no Brasil. Na bibliografia utilizada, Abdias, não fala precisamente sobre a “Política Externa Independente” do Brasil, que é o foco do trabalho, mas faz uma linha do tempo desde o governo Vargas sobre a atuação externa do Brasil para o continente africano como tantos outros. No entanto, não se percebe que seu conhecimento tenha sido utilizado como “*feedback*” para o governo brasileiro que se propunha a estabelecer uma nova relação com os africanos. Abdias atacou justamente esse argumento, acreditava que se o Brasil quisesse realmente ter uma política efetiva para o continente africano ele precisava resolver seu “problema interno” com os negros que aqui vivem e criar espaços de discussão da atuação internacional do Brasil, e que por isso o Brasil por muitas vezes era visto com desconfiança por algumas lideranças africanas.

Nesse sentido, pós-Política Externa Independente, o Brasil teve em um primeiro momento, um movimento de distanciamento do continente africano, normal em momentos de ruptura de um governo para outro com intuito de se distanciar do governo anterior, ainda mais como ocorreu em 1964. Posteriormente, no governo Geisel, o país buscou novamente um desenvolvimento autônomo atrelado a política externa, aproximando-se mais uma vez do continente africano. No período pós-ditadura militar, o governo Sarney também se propôs a abrir um diálogo mais próximo com os países da África, com a criação das ZOOPACAS, além das visitas aos países, mas o Brasil não teve uma diretriz clara no contexto do Apartheid, assim como nos períodos anteriores. Nos últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, o palácio do Planalto lançou um documento chamado “Construindo a Democracia Racial” de 1998, momento histórico para um país que sempre varreu para debaixo do tapete as perversas consequências da escravidão para a população negra. No mesmo documento há recortes sobre a participação do movimento negro nas relações Brasil-África, a delegação brasileira na Conferência de Bandung em 2000, deixava clara a intenção do Brasil em aproximar o diálogo com os africanos.

Consequência dessa participação, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o movimento negro teve uma maior participação nas decisões da política africana do Brasil,

com representações em viagens e até mesmo em reuniões para estabelecer diretrizes, chamadas de “comitês de consultas”. Da mesma forma que ocorreu com outros movimentos de contestação de direitos, como MST, CUT, Marcha Mundial das Mulheres, entre outros. Com ideia de trazer os movimentos sociais para o centro das discussões que o Estado fosse se posicionar sobre seus interesses. O perdão da dívida de diversos países a partir de 2003, as tantas missões do ex-presidente Lula, a abertura de novas embaixadas e a parceria em áreas, como habitação, infraestrutura e políticas sociais, foram fruto de muita pressão do movimento negro durante todos esses anos. Inclusive em 2010, Abdias foi indicado pelo governo brasileiro para concorrer ao prêmio Nobel da Paz pela sua histórica trajetória de militância pelo direito dos negros.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, João Daniel Lima de. **História do Brasil**. Brasília, DF: FUNAG, 2013.
- AMADO, Rodrigo. A política externa de João Goulart. Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990). V.1; Crescimento, Modernização e Política Externa 2ª edição. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2006.
- AMORIM NETO, Octavio. **De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK – JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4. ed. rev. ampl. Brasília, DF: Editora Universidade Federal de Brasília, 2011.
- DANTAS, Raymundo Souza. **África Difícil**. Rio de Janeiro: Leitura, 1968.
- DANTAS, S.T. Revista Brasileira de Política Internacional – **Estudos Conferências e Discursos**. Instituto de Relações Internacionais, ano VII, nº 27. Setembro de 1964.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Discurso de posse do ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco: Brasília, em 1 de fevereiro de 1961. In: FRANCO, Álvaro da Costa (Org.). **Documentos da Política Externa Independente, v. 1**. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 32-39. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/410-Documents\\_da\\_Politica\\_Externa\\_Independente\\_-\\_Vol.\\_1.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/410-Documents_da_Politica_Externa_Independente_-_Vol._1.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2017.
- FERNANDES, Florestan. **The Negro in Brazilian Society**. New York: Columbia University Press, 1969.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Lei Afonso Arinos completa 61 anos. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/archives/21349>> Acesso em: 18 dez. 2017.
- GOULART, Maurício. **Escravidão africana no Brasil**. São Paulo: Flanarte, 1949.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Afonso Arinos de Melo Franco: atualidade e paradoxo. In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Palácio do Itamaraty. **História diplomática**. Brasília, DF, 2011. p. 941- 982.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Ponte sobre o Atlântico, Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento**. Brasília, DF: Banco Mundial; IPEA, 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/120113\\_livropontesobreatlanticopor2.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/120113_livropontesobreatlanticopor2.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2017.
- KANTER, Marcelo; MACHADO, Thales. **O papel do negro na construção do Brasil sob a ótica de Abdias do Nascimento – 13 de maio e o mito da democracia racial**. Disponível

em: <<https://www.sul21.com.br/jornal/o-papel-do-negro-na-construcao-do-brasil-sob-a-otica-de-abdias-do-nascimento-13-de-maio-e-o-mito-da-democracia-racial-por-marcelo-de-mello-kanter-e-thales-machado/>> Acesso em: 19 dez 2017

KI-ZERBO, Joseph. **Histoire de L’Afrique Noire**. Paris: Hatier, 1972.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

MENEZES, Adolpho Bezerra de. **Ásia, África e a Política Independente do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

MILZA, Pierre. **Política interna e política externa**. In: Por uma História Política. REMOND, René (Org.) Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro - Processo de um Racismo Mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo** - documentos de uma militância pan-africanista. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

PRADO, J. F. Almeida. “A Bahia e as relações com o Daomé”. In: PRADO, J. F. Almeida (Ed.). **O Brasil e o colonialismo europeu**. ed. J. F. Almeida Prado. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil–África: outro horizonte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

SANTOS, Nilcea Lopes. **União Brasil-Angola: uma hipótese na independência**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1979.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa do Brasil**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

QUADROS, Jânio. Nova Política Externa do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, n. 4, n. 16, p. 150-156, dez. 1961.

VIZENTINI, Paulo. **Da barganha nacionalista à PEI**. Revista Relações Internacionais e desenvolvimento. Editora Vozes, 1995.

VIZENTINI, Paulo. Relações Internacionais do Brasil – **De Vargas à Lula**. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2008.

WEDDERBURN, C. M. **Abdias nascimento e o surgimento de um pan-africanismo contemporâneo global**. Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros (IPEAFRO). Salvador, 2002.